



**Elizabeth Ramos da
Silva**

**Imagem dos imigrantes brasileiros em dois jornais
portugueses, 2007-2010**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Formação Pessoal e Social, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro e co-orientação da Professora Doutora Maria Amélia de Souza Reis, Professora Auxiliar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, actualmente Professora Convidada da Universidade Coimbra.

Dedico este trabalho ao meu pai, Luiz Eduardo da Silva, e a minha mãe, Dulce Irene Ramos, que tanto se sacrificaram e me apoiaram neste desafio.

O júri

Presidente

Prof. Doutor Carlos Meireles Coelho
Professor Associado do Departamento de Educação, da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Maria do Rosário Pinheiro
Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues
Professor Auxiliar do Departamento de Educação, da Universidade de Aveiro

Prof.^a. Doutora Maria Amélia de Souza Reis
Professora Auxiliar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

agradecimentos

A realização do trabalho de investigação só foi possível com a ajuda, apoio e incentivo de algumas pessoas que foram fundamentais para que esta caminhada repleta de pedras, alegrias, tristezas, surpresas e crescimento ao nível pessoal e social, pudesse chegar ao fim. Sendo assim, é como muito carinho e respeito que agradeço:

Ao orientador Professor Doutor Manuel Ferreira Rodrigues por sempre acreditar no meu trabalho, pelo incentivo e por aceitar seguir comigo neste desafio do mestrado.

À co-orientadora Professora Doutora Maria Amélia de Souza Reis pelas palavras estimuladoras, pela amizade e por sempre acreditar no meu trabalho.

Ao diretor do mestrado Professor Doutor Carlos Meirelles Coelho pela sua acessibilidade e pelo incentivo durante as aulas.

À Doutora Cristiane de Souza Reis pelo incentivo, amizade e pela ajuda importantíssima na realização do tratamento dos dados junto ao programa do Webqda.

Aos Formadores e aos técnicos do programa Webqda pela formação, assistência e atenção durante a realização do trabalho

À redação do Jornal de Notícias e do Correio da Manhã pela disponibilização do material de pesquisa.

Aos bibliotecários e funcionários administrativos da Universidade de Aveiro pela atenção e acessibilidade.

Aos meus pais e aos meus irmãos (Renata Ramos e Luiz Henrique Silva) pelo carinho e pelo sacrifício que fizeram para que eu pudesse estar concluindo mais um ciclo de formação.

Aos meus querido amigos que tanto me deram força e incentivo nessa caminhada: Aline Bazzarella Merçon, Soraia Teixeira, Tereza Tânia Cavalcanti, Fabíola Amorim, Cristiana Carvalho, Danielle Duque, Rosana Patane, Rosana Muniz de Medeiros, Ana Margarida Neves e Lília Simões Forte.

palavras-chave

Mídia, Imigrantes brasileiros, Educação e Interculturalidade

Resumo

A proposta presente nesta dissertação é investigar os discursos sobre os imigrantes brasileiros em dois jornais de grande circulação em Portugal, nomeadamente o Jornal de Notícias e o Correio da Manhã. Sabe-se que a mídia tem um papel fundamental na formação pessoal e coletiva dos indivíduos. Num mundo cada vez mais tecnológico e comercial, as informações chegam cada vez mais rápido, sendo divulgadoras de conhecimento e opiniões. Nesse sentido, o objetivo geral desta investigação é analisar possíveis manifestações xenofóbicas ou de aceitação da diversidade cultural na imprensa portuguesa, sendo este desmembrado em três objetivos específicos: (a) Identificar como a imprensa representa o brasileiro em território português; (b) Identificar elementos discursivos de xenofobia ou aceitação do imigrante brasileiro em Portugal; (c) Analisar o papel da mídia no fomento a discriminação ou à aceitação dos imigrantes brasileiros. Para tal, a metodologia utilizada foi a qualitativa através do método da Análise Crítica do Discurso. A recolha dos dados se centrou na recolha de 184 reportagens (entre 2007 e 2010) que retratassem o público aqui mencionado. Os resultados apontaram para um reprodução de estereótipos relacionados a ilegalidade, criminalidade e prostituição, sendo representado em sua grande maioria o imigrante de baixo nível social e com poucos anos escolaridade.

Keywords

Media, Brazilian immigrants, education and Interculturality

Abstract

The present proposal in this investigation is to analyse the discourses about the Brazilian immigrants in the news with a large circulation in Portugal, in particular the *Jornal de Notícias* and *Correio da Manhã*. It is known that the media has a key role in the personal and collective shaping of the persons. In a world increasingly technological and commercial, information travels faster and faster, being disseminators of knowledge and opinions. In this sense, the general objective of this research is to analyze possible manifestations xenophobic or acceptance of cultural diversity in Portuguese printed, which is broken down into three specific objectives: (A) Identify how the press represent the Brazilian people in Portuguese territory; (B) Identify elements of xenophobia or discursive acceptance of Brazilian immigrants in Portugal, (C) analyze the role of media in fostering discrimination or acceptance by Brazilian immigrants. For this purpose, the methodology used is qualitative through the method of Critical Discourse Analysis. The data collection focused in news reports who was portraying the population here mentioned (between the years 2007 and 2010) The results pointed to a reproduction of stereotypes related to illegality, crime and prostitution, being represented mostly immigrants from low social and few years of schooling.

INTRODUÇÃO.....	3
PARTE 1- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
CAPÍTULO I – MÍDIA E SOCIEDADE.....	7
1.1. Discurso, Ideologia e Poder	7
1.1.1. O discurso e seu papel na sociedade.....	8
1.1.2. Ideologia e Poder.....	12
1.2. A mídia no mundo globalizado	17
1.3. A mídia como um instrumento educativo	22
CAPÍTULO II - DIVERSIDADE CULTURAL: DISCURSOS E CONTRADIÇÕES.....	27
2.1. Sociedades Multiculturais.....	27
2.1.1. Cultura: um panorama histórico sobre o seu conceito.	27
2.1.2. O contexto das migrações na União Europeia e a problemática da diversidade.....	29
2.1.3. Multiculturalismo e Interculturalismo.....	34
2.1.4. Entre o global e o local: as identidades na sociedade globalizada.....	37
2.2. Xenofobia, raça e racismo.....	40
PARTE 2 – ANÁLISE DOS DADOS	49
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	49
3.1. Procedimentos Metodológicos.....	49
3.1.1. Metodologia qualitativa	49
3.1.2. Análise Crítica do Discurso: teoria e prática.....	50
3.1.3. Procedimentos	51
3.2. Técnica de recolha, tratamento e análise dos dados	52
3.2.1. Recolha dos dados.....	52
3.2.2. Tratamento e análise dos dados	52
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	59
4.1. O perfil do Imigrante brasileiro no Correio da Manhã e no Jornal de Notícias.....	60
4.1.1. Apresentando resultados gerais.....	60
4.1.2. A imagem do imigrante brasileiro na mídia impressa.....	67
4.2. O olhar dos Jornais sobre o fenómeno da imigração brasileira em Portugal.....	74
4.2.1. Apresentação geral dos resultados	75

4.2.2.A imagem da imigração brasileira na mídia impressa.....	78
4.3.O discurso dos jornais sobre os imigrantes brasileiros em Portugal.....	80
4.3.1. Apresentação Geral dos Resultados.....	80
4.3.2. Análise sobre a prática discursiva dos jornais em relação aos imigrantes brasileiros	82
CONCLUSÃO.....	85
BIBLIOGRAFIA.....	89

INTRODUÇÃO

A dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, propõe-se analisar a imagem do imigrante brasileiro na mídia impressa, onde foi selecionado dois jornais que obtém grande números de leitores em Portugal, sendo estes o Jornal de Notícias e o Correio da Manhã.

A escolha do tema tinha como objetivo inicial investigar a imagem do imigrante em Portugal, sem focar uma nacionalidade específica, porém, devido a grande quantidade de artigos encontrados e a limitação de tempo e páginas que uma dissertação deve obter para ser concluída não foi possível dar continuidade. Dessa forma, tornou-se necessário que a pesquisa evidenciasse apenas um tipo de imigrante, no caso, a brasileira, pelo fato de obter maior proximidade com a população.

A ideia de trabalhar com a imigração brasileira nos dois jornais já referenciados partiu da necessidade de investigar se a mídia impressa em Portugal possui um discurso que possa estar contribuindo para a aceitação da diversidade e, mais especificamente, com relação ao aumento da população oriunda do Brasil no país mencionado, que segundo o SEF é a maior, ultrapassando os imigrantes do PALOP'S e do Leste Europeu.

Vivemos em um mundo onde as tecnologias quebram cada vez mais as fronteiras entre os países. Nesse sentido, as informações conseguem ultrapassar as distâncias e chegar às várias partes do globo em um curto espaço de tempo. Sendo assim, a diversidade de culturas e saberes estão cada vez mais presentes no dia-a-dia da sociedade, possibilitando transformações constantes nas formas de estar e pensar (Touraine, 1997). Neste contexto, a mídia tem uma importante função, pois é através destas que são transmitidas essas informações, sendo um valioso instrumento educativo não-formal (Alexandre, 2001).

Cabe ressaltar que a educação aqui é vista não somente em sua dimensão sistemática e formal, mas como parte da vida social do indivíduo. Dessa forma, considera-se que a aprendizagem não se dá somente na escola, mas em todo corpo social, ou seja, na família, na mídia, entre outros. Em relação isto, Moacir Gadotti (2005) afirma que o espaço sócio-cultural educa, sendo um espaço informal de múltiplas aprendizagens, onde «é a cidade, como espaço de cultura, educando a escola e todos os seus espaços; e a escola, como palco do espetáculo da vida, educando a cidade numa troca de saberes e competências» (p.2).

Para a concretização da investigação, foi construído alguns objetivos (geral e específicos) que nortearam toda a pesquisa:

Objetivo Geral:

- Analisar possíveis manifestações xenofóbicas ou de aceitação da diversidade cultural na imprensa portuguesa;

Objetivos Específicos

- Identificar como a imprensa representa o imigrante brasileiro em território português;
- Identificar elementos discursivos de xenofobia ou aceitação do imigrante brasileiro em Portugal;
- Analisar o papel da mídia no fomento à discriminação ou à aceitação dos imigrantes brasileiros.

Durante a estruturação dos objetivos também foram pensadas e criadas, com base em estudos anteriores ((Ribeiro, 2007); Pontes, 2004; Lages e Policarpo, 2002; Góis, 2009), algumas hipóteses que estão expostas a seguir:

- Os jornais apresentam uma imagem estereotipada dos imigrantes brasileiros;
- Os jornais portugueses colocam a imigração brasileira como um problema, sendo os brasileiros associados a pessoas ilegais e marginais;
- Os jornais estudados reproduzem em seus artigos discursos discriminatórios

As hipóteses serviram para que pudéssemos comprova-las ou não durante a pesquisa, porém, como qualquer investigação, utilizou-se de métodos e técnicas de pesquisa científica para reponder aos objetivos e comprovar as hipóteses a cima. Neste caso, a metodologia utilizada foi a qualitativa e o Método Tridimensional do Discurso de Norman Fairclough. O programa usado para o tratamento dos dados foi o Webqda (programa de pesquisa qualitativa da Universidade de Aveiro).

A recolha dos dados foi realizada por meio dos sites do Jornal de Notícias e do Correio da Manhã entre o ano de 2007 e 2010. Estas datas foram escolhidas pelo fato de dois contextos sociais poderem ter influenciado a imagem do brasileiro em Portugal, sendo interessante observar como a mídia se colocou frente a essas conjunturas: (a) aumento do crescimento económico brasileiro durante o segundo mandato do governo Lula, transformando a imagem do país internacionalmente; (b) a nova lei de imigração que em 2007 atribui autorização de residência temporário para aqueles estrangeiros que desejam procurar emprego em Portugal.

A estrutura da dissertação está organizada em duas partes: a primeira contém o enquadramento teórico; a segunda a metodologia e a análise dos dados. Na primeira sessão do trabalho, há também duas divisões (capítulo I e II), onde o primeiro capítulo aborda

questões sobre “Mídia e Sociedade” e o segundo “Diversidade Cultural: discursos e contradições”.

Assim sendo, o Capítulo 1- Mídia e Sociedade – aborda o conceito de discurso, poder e ideologia, bem como sua relação com a sociedade; a importância da mídia (mais especificamente, a impressa) e suas implicações; e o papel educativo da imprensa.

No capítulo 2 – Diversidade Cultural: discursos e contradições – debate-se a questão da diversidade cultural, onde é apresentado as principais discussões e visões sobre os mesmos. Na primeira parte deste capítulo, aborda-se uma breve contextualização histórico-social da imigração na Europa e sua problemática; as diversas formas de lidar com a diversidade (apresentando assim, o conceito do multiculturalismo e interculturalismo); as diversas visões sobre a construção das identidades e sua problemática no mundo atual; e o conceito de cultura. Na segunda parte é exposto alguns conceitos fundamentais para a análise dos dados, são eles: raça, racismo, xenofobia, discriminação, exclusão e interação.

A segunda sessão da dissertação contém também dois capítulos (cap. III e IV). No capítulo III é apontado a metodologia e as técnicas utilizadas para a realização da investigação; já o capítulo IV terá como principal objetivo apresentar os resultados, bem como, a análise dos mesmos. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais e conclusões construídas com o desfecho da pesquisa.

PARTE 1- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A primeira parte desta dissertação consiste em abordar um conjunto de teorias sobre os meios de comunicação de massa na sociedade atual e sobre a questão da pluralidade cultural que cada vez mais vem afetando os países em toda parte do globo. Tal fundamentação ajudará a compreender o fenômeno da diversidade e o papel da mídia no mundo globalizado, contribuindo para a interpretação e análise dos dados.

CAPÍTULO I – MÍDIA E SOCIEDADE

O estudo delineado nesta dissertação tem como principal objeto de pesquisa as práticas discursivas da mídia impressa. Tal investigação requer um estudo teórico sobre os discursos e sua relação com as práticas sociais; e o papel que a mídia assume num mundo globalizado, pois cada vez mais as informações alcançam grandes distancias em um curto espaço de tempo, possibilitando o acesso dos indivíduos a diversos tipos de saberes, transformando as formas de ensinar e de aprender.

O capítulo I irá abordar primeiramente os conceitos de discurso, poder e ideologia, bem como as relações que estes possuem com a sociedade. A seguir será discutido o papel da mídia no mundo globalizado e seu papel educativo. Nesse caminho, essa parte do trabalho tratará três objetivos principais que contribuem para a solução do problema desta pesquisa: (i) Compreender o conceito de discurso e sua relação com as práticas sociais, (ii) Identificar o papel da mídia no mundo globalizado e (iii) Compreender o papel da mídia na educação dos indivíduos no contexto da globalização.

1.1. Discurso, Ideologia e Poder

Neste subitem do Capítulo I iremos tratar do primeiro objetivo exposto acima. Nesse caminho, será abordado o conceito de discurso e o papel que este desempenha na sociedade, bem como a ideologia e o poder que, como veremos a seguir, são uma das principais formas de relações estabelecidas entre o enunciado e a sociedade.

1.1.1.O discurso e seu papel na sociedade

Essa primeira parte do capítulo segue discutindo o conceito de discurso, pois, é importante frisar que antes de pesquisarmos as práticas discursivas dos jornais, é essencial que saibamos o que é o discurso e qual a sua relação com as práticas sociais. Nesse caminho, será utilizado as obras de Michael Foucault (2001; 2007), Norman Fairclough (1998; 2001) e Van Dijk (1997) para assim fundamentar as ideias apresentadas a seguir. Ressalta-se que a escolha dos três autores é justificada pelas grandes contribuições teóricas que estes apresentam dentro da teoria do discurso.

Segundo Van Dijk (2008), os estudos sobre o discurso que iniciaram na década de 60 tinham um carácter estruturalista e formal, sendo um campo de interesse da linguística. Fairclough (2001) acrescenta que os estudos tradicionais sobre a teoria do discurso, iniciada por Ferdinand de Saussure, viam a produção do mesmo como uma atividade individual e acreditavam que «os indivíduos usavam a língua de forma imprevisível, de acordo com seus desejos e intenções» (p. 90). Sendo assim, qualquer estudo sobre o conceito e a utilização do discurso pelos indivíduos deveria elaborar uma pesquisa do sistema linguístico e não do seu uso.

Ferdinand de Saussure (1978), na obra *Curso de linguística geral*, afirma que a fala corresponde a uma ação individual onde dois ou mais indivíduos, por meio de uma língua, transmitem pensamentos, envolvendo aspectos físicos, cognitivos e psicológicos. O autor ainda distingue a característica coletiva na qual a língua é construída (afirmando que esta última é um conjunto de signos socialmente constituída) da fala, que abrange atividades individuais e momentâneas.

A fala é, pelo contrário, um acto individual da vontade e da inteligência, no qual convém distinguir 1º as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua em ordem a exprimir o seu pensamento pessoal, 2º o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações (Saussure, 1978, p. 41).

No final da década de 70 e início de 80, os estudos começaram a levar em conta em suas análises o contexto histórico, social e cultural na qual os discursos estão inseridos (Dijk, 2008), pois o surgimento da chamada “sociolinguística” veio criticar a teoria tradicional argumentando que o discurso é moldado socialmente, descartando a ideia de que a linguagem é um processo individual.

Para Van Dijk (1997), a definição de discurso mais simples e popular que se pode encontrar é aquela que vê o discurso como uma forma de se comunicar através de uma língua, seja pela via oral ou escrita. O termo pode ser encontrado também na mídia ou nas ciências

sociais quando estes utilizam, por exemplo, a expressão “discurso neoliberal”, nesse caso o conceito de discurso se refere as ideias e ideologias propagadas pelo mesmo.

Os estudos contemporâneos sobre discurso, para além disso, abordam o termo em seu contexto histórico-cultural, incluindo componentes em suas descrições, nomeadamente: “quem”, “como”, “porque”, “quando”. Sendo assim, o discurso é visto como um fenómeno social que é influenciado pelo lugar e pelo tempo histórico de quem enuncia e de quem recebe o enunciado (Dijk, 1997).

Ressalta-se que para o autor, o discurso contém três dimensões: (1) a linguagem (language use), (2) a comunicação de crenças ou a cognição (communication of beliefs), (3) a interação social (interaction in a social situations). Nesse caminho, esse mesmo explicita que ¹«language use is of course not limited to spoken language, but also involves written (or printed) language, communication and interaction» (idem, p. 2).

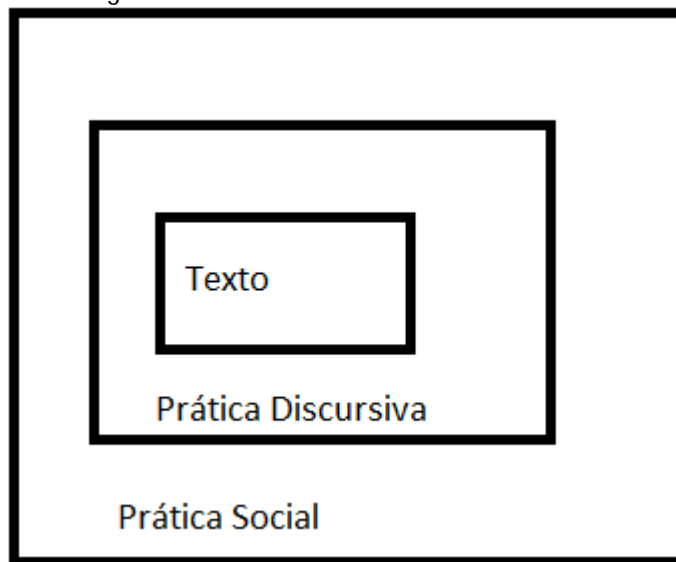
Para Fairclough (1998), o discurso se apresenta como uma parte integrante das práticas sociais, sendo «simultaneamente (i) um texto linguístico, oral ou escrito, (ii) prática discursiva (produção e interpretação de texto) e (iii) prática sociocultural» (Fairclough, 1995, p.83). Tal definição é incorporada numa abordagem na qual o autor denomina de tridimensional, onde o discurso é constituído por essas três dimensões (o texto, a prática discursiva e a prática social), dando origem ao modelo tridimensional da Análise Crítica do Discurso. Sendo assim, o discurso é compreendido como «um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação» (Fairclough, 2001, p. 90)

Nesta visão tridimensional do discurso, o texto estaria relacionado a produção de enunciados seja por via de textos escritos (livros, revistas, artigos e etc..) ou falados. A prática discursiva se refere a produção, distribuição e consumo do texto. A prática sociocultural aborda aspectos ideológicos e hegemónicos (Fairclough, 1998), ou seja, leva consideração as relações de poder e as ideologias envolvidas no processo discursivo.

Para Fairclough o que relaciona o texto com a prática social é a prática discursiva, argumentando que o texto pode influenciar a prática social de acordo com a forma que o discurso for consumido, distribuído e interpretado. A seguir segue um esquema exposto na obra “Discurso e mudança social” onde Fairclough representa esta visão tridimensional.

¹ O uso da linguagem não é limitada a língua falada, mas envolve também a língua escrita, comunicação e interação.

Figura 1 - Visão Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

O autor aqui referenciado acrescenta que compreender o discurso como uma prática social envolve duas implicações. A primeira envolve a compreensão de que a linguagem é uma forma do sujeito agir sobre o mundo e sobre outras pessoas. A segunda implica levar em consideração que o discurso é dialético, sendo construído de acordo com o contexto histórico e sócio-cultural. Sendo assim, o discurso para o autor é uma prática que constitui e constrói "o mundo em significados", pois este contribui para a configuração das estruturas sociais (normas, identidades e instituições), sendo socialmente constitutivo.

Fairclough (2001) ainda menciona três aspectos desses efeitos construtivos do discurso: (i) contribui para a construção das identidades sociais (ii) colabora para a relação social entre os indivíduos e (iii) constrói sistemas de conhecimentos e crenças. Tais aspectos se relacionam às três funções do discurso apontadas pelo autor, que são a identitária, a relacional e a ideacional.

Foucault define o discurso, por diversas vezes, associando-o a construção de enunciados: «um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva; número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de existências;

domínio geral de todos os enunciados, grupo individualizado de enunciados»²(Foucault, 1986 citado por Fischer, 2001). Tais enunciados são relacionados diretamente com as estruturas de poder, sendo controlados e dominados, através de procedimentos de exclusão pelas instituições.

Suponho que a produção do discurso em todas as sociedades é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade» (Michael Foucault, 2001, p. 8)

Sendo assim, para autor o discurso ultrapassa a simples ideia que a linguagem se limita apenas na utilização das palavras. Os enunciados, pelo contrário, se encontram dentro de uma rede de relações de poder e propaga saberes que são controlados e domesticados pelas instituições. Dessa forma, o discurso para Foucault está sempre relacionado a um «espaço discursivo» ou a um «campo discursivo», ou seja, está associado a um campo do saber. Tais saberes e ideologias são vistos pelo autor como sendo verdade para um grupo numa determinada época.

Para Fairclough(1998), Foucault oferece duas grandes contribuições teóricas para a definição do discurso. A primeira se refere a defesa de que o discurso constrói ou constitui a sociedade em várias dimensões, onde explicita que «o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do “eu”, as relações sociais e as estruturas conceituais»(Fairclough, 2001, p. 64).

A segunda diz respeito a ideia de que o discurso é interdependente de práticas discursivas produzidas anteriormente pela sociedade ou pelas instituições de poder, ou seja, o discurso quando enunciado tem influência de outros já produzidos na sociedade. O autor afirma que para Foucault «os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outros e é definido pelas suas relações com outras práticas» (Fairclough, 2001, p. 64)

Sendo assim, pode-se compreender o discurso como uma prática social que estabelece a interação entre os indivíduos. Tal processo colabora para a construção de identidades e para a produção e reprodução de poder e ideologias. Dessa forma, o discurso aqui é visto como uma prática que é diretamente influenciada pelo contexto histórico da sociedade e pela cultura do indivíduo que enuncia, sendo, os enunciados, carregados de valores e crenças que ficam subentendidas no discurso.

² Foucault, M. (1986). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.

1.1.2. Ideologia e Poder

Para Van Dijk (1997), a relação entre o discurso e a sociedade se caracteriza pela produção e reprodução do poder e da ideologia. O autor acrescenta que se queremos compreender as funções e a relação da linguagem e a prática social é necessário que se analise com maior profundidade a natureza dos conceitos dos dois termos aqui mencionados. Nesse caminho, este segundo tópico do capítulo I, irá trazer alguns conceitos de poder e ideologia, bem como, sua relação com o discurso e a sociedade.

Poder

Noberto Bobbio (1989), introduz o tema do “Poder” dissertando sobre as instituições que são vistas, pelo autor, como responsáveis por gerir e produzir o mesmo. Nesse caminho, este afirma que não existe sociedade sem instituições, podendo estas serem formais ou informais. A primeira se refere aquelas que são explícitas, manifestas e codificadas em leis e regulamentos. As informais são aquelas que se encontram subentendidas e escondidas «aos níveis mais recônditos e profundos da actividade intrapsíquica e das relações interpessoais e sociais do homem» (Bobbio, 1989, p. 40)

O referido autor acrescenta que tanto a sociedade civil quanto a sociedade política se organiza e funciona através das instituições formais e informais, sendo um processo que atravessa todo o corpo social, produzindo e reproduzindo formas de poder. Em relação a essa questão, o autor relaciona os tipos de instituições com a sociedade civil e política apresentado em uma tabela exposta a seguir.

Tabela 1 -. Relação entre as Instituições de poder e a Sociedade Civil e Política

	Sociedade Política	Sociedade Civil
Instituições formais	Normas e valores legitimados pelo poder jurídico Pacto Jurídico	Valores e normas repartidos, subscritos e praticados entre indivíduos de um mesmo grupo social e pelos grupos Pacto social
Instituições informais	Tipos de processos comunitativos compartilhados entre cidadãos e o poder político Pacto Civil	Processos comunicativos compartilhados entre indivíduos de um mesmo grupos e/ou entre grupos. Pacto Psicológico

Fonte: Bobbio, (1989, p. 45)

Para Norberto Bobbio, o poder é definido como «faculdade, potencia legal atribuída, possibilidade e capacidade de fazer» (1989, p. 46), sendo diferenciado do termo autoridade que é visto como um ato de gerir «qualquer coisa ou alguém». Cabe ressaltar, que a potência, aqui utilizada, significa a capacidade de usar a força (física, jurídica ou moral) para obter aquilo que deseja.

A concepção de poder utilizada por Van Dijk (1997) é aquela que compreende o termo como um certo tipo de controle de um grupo social ou de algumas instituições sobre outros grupos. Segundo o referido autor, o controle ocorre quando se consegue fazer com que outros indivíduos atuem da maneira que queremos. Dessa forma, pode-se obter controle sobre um determinado grupo através da força – quando um grupo é obrigado pela força física a atuar da maneira que interessa ao grupo dominante -, da coerção – quando se utiliza de um posição de liderança, de leis ou de força militar para controlar as ações de um grupo – ou da mental – quando se controla a base mental das ações dos indivíduos.

O referido autor menciona que a principal forma de manter o poder, nas sociedades atuais, é por meio do controle mental, sendo a “fala” e o “texto” utilizados como um importante instrumento para influenciar formas de agir e pensar. Este argumenta que

³«instead of letting others know what we want through commands, requests, suggestions or advice, we may shape their minds in such a way that they will act as we want out of their own free will» (Dijk, 1997, p. 19). Neste tipo de controle precisa-se de três elementos fundamentais: discurso, ação e cognição.

Para Foucault (2007), o poder é visto como algo que atravessa todo o corpo social, desconstruindo assim, a ideia de que o poder é centrado e pertence apenas a uma instituição (o Estado). Para o autor, as relações de poder podem ser encontradas entre homens e mulheres, entre membros familiares, na escola, na prisão, entre outros, havendo uma teia de relações de poder que se cruzam e que se opõem.

As estratégias que Michel Foucault menciona para a produção de relações de poder centram-se na disciplina e no biopoder. Durante ao longo do século XVIII e início do século XIX, se estabeleceu a disciplina como estratégia de poder na sociedade. Para o autor, o poder disciplinar é «o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo de ónus reduzida como força política, e maximizada como força útil» (Foucault, 2007, p. 194). Nesse momento, o corpo vira alvo e objeto de poder, pois é através dele que se irá moldar, adestrar, manipular e exercer o poder, originando diversas estratégias para desempenhar o controle.

Stuart Hall (2006) argumenta que o poder disciplinar «está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância e o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo» (2006, p. 42). Tais relações de poder são produzidas, geridas e mantidas, como já vimos, nas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX, como a escola, a prisão, os hospitais, entre outros.

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (2007) explicita que a disciplina fabrica corpos dóceis, pois através do controle do corpo, ou seja, do domínio de suas ações e de seus comportamentos, pode-se obter um corpo não somente útil, mas um corpo submisso, enquadrado, desarticulado, dócil, pronto para ser moldado e manipulado de acordo com o interesse das instituições de poder.

Não se trata de cuidar do corpo em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna, a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais, a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que

³ Em vez de deixar que os outros saibam o que queremos através de comandos, pedidos, sugestões ou avisos, nós podemos moldar as mentes de tal forma que eles possam agir da maneira que queremos sem que eles percebam, sendo, fora da sua livre espontânea vontade.

sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos (Michael Foucault, 2007, p. 118).

O biopoder está associado ao controle da população por meio de um novo objeto de poder, que seria população. Segundo o autor «o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população» (Foucault, 1990, p. 129), sendo assim, o biopoder seria uma forma de manipulação por meio de intervenções e controle de processos biológicos, como a natalidade, mortalidade, nível de saúde entre outros. Enquanto a disciplina está preocupada com o corpo humano, o biopoder centrou-se no corpo-espécie, porém o poder disciplinar não é abandonado, mas age junto a essa nova tecnologia do poder.

Acrescenta-se que os saberes produzidos pelas instituições de poder, bem como seus discursos, para Foucault (2007), estão associados aos sistemas de poder. Essa relação de poder a qual o autor se refere não constitui uma relação de força, mas estabelece a dominação através da linguagem - composto de conteúdos que moldam nossa maneira de ver e entender o mundo - pois os saberes transmitidos, por meio dos discursos, são apreensivos, ensináveis, domesticáveis.

Temos que antes admitir que o poder produz saber; poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de saber e poder não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder, mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos feitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. (Foucault, 2007, p.27)

Ideologia

O conceito de ideologia apareceu primeiramente no final do século XVIII, sendo utilizado pelo filósofo francês Destutt de Tracy em 1796, tendo como influência as ideias iluministas. O autor argumentava que não se pode conhecer as coisas em si mesmas, somente as ideias formadas a partir das sensações que obtemos sobre o objeto. Dessa forma, dever-se-ia investigar de forma sistemática as sensações e as ideias construídas para que se possa obter uma ciência com respostas mais seguras. A ideologia, no entanto, seria esta análise dos conhecimentos e sensações adquiridas, sendo denominada de “Ciências das Ideias” (Thompson, 1995; Birou; 1982).

No século XIX, quando o império de Napoleão estava em crise, o conceito sobre o termo passou a ser utilizado na esfera política como um conjunto de ideias, no entanto, as mesmas eram consideradas errôneas e afastadas da realidade da vida social e política. Sendo assim, criou-se uma visão negativa e pejorativa sobre a ideologia, que irá influenciar as ideias

de Marx, onde o mesmo afirmará que as ideologias contribuem para a formação e manutenção do controle sobre um determinado grupo social (Thompson, 1995).

John Thompson (1995) afirma que existem duas concepções gerais de ideologia: neutra e crítica. A primeira se refere àqueles que acreditam que o termo não são necessariamente manipuladores, podendo servir tanto aos interesses dominantes quanto aos dos dominados. Dessa forma, vêem o fenómeno como um aspecto da vida social, não merecendo maior ou menor atenção que outros problemas da sociedade. O segundo se relaciona com aqueles que acreditam que a ideologia tem um carácter negativo, crítico ou pejorativo, sendo visto como um conjunto de ideias erróneas, enganadoras ou parcial, envolvendo críticas ou condenação da mesma.

Na obra *Ideologia e Cultura Moderna*, Thompson (1995) propõe uma abordagem do conceito de ideologia, onde defende que o termo é caracterizado por fenómenos simbólicos que podem ou não contribuir para estabelecer e manter uma relação de dominação. Sendo assim, o autor formula a ideia de que o que interessa na ideologia não é saber se estas necessariamente manipulam ou não os indivíduos, mas de que maneira esta pode estar estabelecendo uma relação de dominação, seja entre classes, cor, etnias, género entre outros.

O dicionário das ciências sociais aponta que o termo é visto em uma perspectiva política, sendo designado como «conjunto de ideias e crenças que influenciam os grupos ou que legitimam as respectivas formas de ação na sociedade» (Birou, 1982, p. 196), ou seja é um «resultado de uma situação social das condições materiais e técnicas de existência e de influência do meio cultural nas mentalidades»(ibidem)

O conceito de ideologia de Van Dijk (1997), em seu artigo *Semântica do discurso e ideologia*, centra-se em algumas hipóteses que vão formar sua abordagem teórica. A primeira, o autor afirma que as ideologias são cognitivas, incorporando ideias, pensamentos, crenças, apreciações e valores. Este ainda acrescenta que pelo fato de a definirmos como cognitivo não quer dizer necessariamente que será cognições individuais, «pelo contrário, embora os actores sociais individuais, na qualidade de membros de um grupo, as utilizem ou apliquem, são representações sociais por eles partilhadas» (Dijk, 1997, p. 107).

A segunda hipótese se refere a ideia de que a ideologia é social, estando relacionada com grupos sociais, conflitos e luta de classe, desde Marx e Engels, porém o autor explicita que nem toda ideologia está por princípio a serviço do controle e da manipulação. Segundo o autor, os grupos dominados também possuem ideologias que ajudam a construir sua auto-identificação, seus objetivos e ações.

A terceira hipótese aponta que a ideologia é sociocognitiva, ou seja, esta é ao mesmo tempo cognitiva na medida que implica percepções, conhecimento e compreensões e social

devido ao fato destas serem partilhadas socialmente. O autor menciona que não existe uma linguagem privada ou ideologias pessoais e que a ideologia se caracteriza por «modelos conceptuais interpretativos comuns a toda sociedade que proporcionam, aos membros dos grupos, a compreensão da realidade social, das práticas quotidianas e das relações com outros grupos» (Dijk, 1997, p. 108).

Van Dijk (1997) argumenta também que as ideologias não são verdadeiras nem falsas, pois estas são vistas como verdade ou falsidade em um determinado grupo social em determinado momento histórico. Dessa forma, a ideologia não é vista como algo estático e universal, podendo cada grupo social se identificar com determinadas ideologias em uma dada época.

A quinta hipótese orienta que as ideologias podem ter vários níveis de complexidade, podendo ir desde o grau mais simples ao mais complexo. Nesse caminho, Van Dijk (1997) afirma que os «modelos conceptuais ideológicos como estes não necessitam de ser muitos rigorosos, bem organizados e coerentes. Podem ser difíceis de entender, vagos confusos e contraditórios, desde que se revelem operacionais para orientar as interpretações sociais» (p. 109). Além disso, o mesmo acrescenta que um indivíduo pode não ter uma ideologia explícita sobre determinado assunto mas pode ter ideologias bem definidas sobre outro.

A sexta afirmação do autor aponta que a ideologia tem manifestações que variam de acordo com o contexto. Nesse caminho, aponta que frequentemente as ideologias podem variar devido a 4 fatores: 1) ao fato das pessoas pertencerem a vários grupos sociais, obtendo uma diversificação de ideologias possíveis de serem apropriadas, 2) normas ou leis gerais que proibam as ações livres com fundamento ideológico, como por exemplo, contra a discriminação, 3) restrições sociais como cortesia, finalidades, aparências entre outros e 4) as experiências individuais e as crenças do grupo que se está inserido.

Dessa forma, pode-se perceber que a ideologia é um conjunto de ideias e/ou crenças partilhadas, por uma determinada sociedade, que podem ou não contribuir para a manutenção do poder de um elite dominante. Tais ideologias contribuem para construção da auto-identificação de um determinado grupo social, influenciando as formas de agir e estar na sociedade.

1.2. A mídia no mundo globalizado

Na atual sociedade, vivemos em uma época onde a globalização tem encurtado a distância entre os países devido o surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação, que cada vez mais possibilitam a difusão de conhecimentos em um curto espaço de tempo. Dessa forma, se estabelece a intensificação das relações entre diversas sociedades

resultando na origem de uma economia mundial, unidades económicas transnacionais, entre outros (Torres, 2001).

Segundo Jonh Thompson (1998), a globalização não é um fenómeno novo, este tem origem na expansão do comércio durante a Idade Média e início da era moderna. Antes desse período, o intercâmbio comercial era caracterizado por ser local, sendo um número reduzido de comércio realizado a longa distância. Durante o século XV e XVI que a natureza, o volume e a expansão territorial do comércio começaram a aumentar, chegando ao seu auge nos séculos XIX e XX, onde aparece de forma significativa essas trocas de informações, a locomoção de um lugar para outro e as trocas comerciais.

Nesse sentido, a globalização se apresenta como «aqueles processos, actuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações» (Hall, 2006, p. 67). Essa conexão e interdependência entre os países fazem com que fenómenos originados em um determinado ponto do planeta afetem de diversas formas outros lugares, pois «os lugares são fixos, neles que temos raízes. Entretanto, o espaço pode ser cruzado num piscar de olhos – por um avião a jato, por fax ou por satélite» (idem, p. 72)

Para Boaventura de Sousa Santos (2000), a globalização é definida como «processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival» (p. 3). Para o autor existem diversas formas de globalização, sendo este um conjunto de relações diferenciadas a qual grupos sociais podem estabelecer entre si. Dessa forma, a produção da globalização pode se dar de quatro maneiras, por meio de: globalismo localizado, localismo globalizado, cosmopolitismo e património comum da humanidade.

O localismo globalizado é aquele processo onde as especificidades de um grupo conseguem de forma efetiva serem compartilhadas no mundo, como por exemplo, a língua americana. O globalismo localizado é visto como um conjunto de consequências e impactos no local ocasionado pelas práticas transnacionais, como a destruição dos recursos naturais, a internacionalização do comércio, mudanças nas relações de trabalho, entre outros. O referido autor aponta que é especificamente característico dos países centrais a primeira forma de globalização e dos países periféricos a segunda.

O cosmopolitismo envolve «o diálogo e as organizações sul-sul, organizações mundiais de trabalhadores, filantropia transnacional norte-sul, redes internacionais de assistência jurídica alternativa, organizações transnacionais de direitos humanos, redes mundiais de movimentos feministas» (Santos, 2000, p. 4) entre outros, sendo um tipo de globalização que se origina de baixo para cima, considerado por Boaventura (2000) como uma globalização “contra-hegemónica”. O património comum da humanidade se refere a internacionalização do

patrimônio cultural, natural e histórico das sociedades, sendo estes geridos pela comunidade internacional, considerado pelo autor como “globalização hegemônica”, realizada de cima para baixo.

A produção e a troca de informações sempre estiveram presentes na história da humanidade, utilizando instrumentos desde os gestos até a linguagem para se comunicar, no entanto, foi a partir do século XV que a circulação, o armazenamento e a produção da informação sofreram significativas transformações. Nesse momento, as informações passam a ser produzidas e reproduzidas em larga escala; as mesmas tornam-se mercadorias podendo ser compradas e vendidas no mercado e estas ficam acessíveis aos indivíduos, ultrapassando a barreira do tempo e do espaço (Thompson, 1998).

Nesse caminho, pode-se perceber que os meios de comunicação são fundamentais no funcionamento e na organização dessa sociedade global, pois estes desempenham um papel de extrema importância, pois por meio destes são difundidas informações, produtos são vendidos (através da publicidade) e ideologias são transmitidas. Os meios de comunicação de massa são utilizados para servir ao mercado, sendo controlados por grandes empresas que gerenciam as informações difundidas e a forma que são transmitidas, pois através das novas tecnologias da informação que estas obtêm o controle social, reforçando e reproduzindo o discurso dominante (Reis, 2011).

No entanto, os teóricos sobre o assunto (Reis, 2011; Thompson, 1998, 1995; Santos, 2005; Melo, 1998; Alexandre, 2001) argumentam que apesar de compreender que a mídia obtêm um grande poder de manipular, controlar e normatizar a sociedade, esta também deve ser vista como um instrumento com potencial para a divulgação de informações e promoção da participação ativa no mundo, colaborando para o desenvolvimento da democracia e da cidadania.

Nessa perspectiva, José Melo (1998) afirma que as sociedades pluriculturais são marcadas pela interdependência entre as diversas culturas, estando em uma relação de influências por meio da troca de saberes, ou seja, há uma dinâmica na qual os indivíduos partilham seus conhecimentos com pessoas de diferentes partes do planeta e ao mesmo tempo os recebem dessas mesmas com quem partilharam. Para o autor, um dos principais facilitadores desse fenômeno é a comunicação pois este último permite que os países permaneçam em constante troca de informações e conhecimentos, podendo assim, obter acesso as informações sobre o mundo, possibilitando a participação ativa na sociedade.

Segundo Marcos Alexandre (2001) a comunicação deriva do latim *communicare* «com o sentido de tornar comum, partilhar, repartir, trocar opiniões, associar ou conferenciar» (p. 17). O autor ainda acrescenta que esta ação, de trocas de conhecimentos e informações, não

envolve somente a linguagem oral e escrita, a comunicação também é realizada por meio das artes plásticas, da música, da dança, estando presente em todo comportamento humano. Para José Melo (1998), a comunicação é «o instrumento que assegura efetivamente a sobrevivência e a continuidade de uma cultura no tempo, promovendo inclusive a transformação dos seus símbolos em face aos novos fenômenos criados pelo desenvolvimento» (p. 187)

A comunicação de massa ocorre de maneira distinta do processo comunicativo pois esta última se concretiza numa interação onde há reciprocidade entre os participantes, ou seja, um indivíduo “fala” e outro “responde”, obtendo feedback da informação que foi transmitida. No primeiro, o processo sobrevém através de mensagens transmitidas pelas tecnologias da informação tendo “mão-única”, podendo ser produzida e reproduzidas para indivíduos que se encontram em espaços diferenciados em relação ao grupo que envia a informação (Thompson, 1998).

John Thompson (1998) define comunicação de massa como «produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de formação ou conteúdo simbólico» (p. 119). O autor critica a utilização do termo afirmando que é uma expressão enganosa. Um dos aspectos apontado se refere ao fato de compreendê-lo em termos quantitativos, pois o que importa na comunicação não é quantidade de pessoas que recebem o produto mas o fato destes estarem disponíveis a todos os indivíduos. O autor salienta que em relação a alguns produtos da mídia, os mais populares, a ideia de que há uma vasta audiência pode vir a estar correto, porém alguns setores da mídia ainda recebem um público relativamente pequeno e especializado.

Um outro aspecto citado é que a comunicação de massa sugere que todos os indivíduos que recebem os produtos são passivos e indiferentes. As primeiras críticas realizadas contra esta imagem tinham a ideia de que a mídia acarretava um grande impacto negativo sobre a população, como já vimos, uniformizando formas de ver e estar no mundo, porém o que autor afirma é que se precisa abandonar a ideia de que os sujeitos recebem a informação de forma acrítica. O indivíduo irá interpretar e se apropriar das informações transmitidas de formas diferenciadas, tendo como influencia seu contexto sócio cultural. José Melo ainda acrescenta que:

Realmente inúmeras reflexões dessa natureza foram motivadas pela suposição de que os “mass media” exercessem um papel incontestável na padronização de comportamentos e na adoção de atitudes. Foram as pesquisas de Lazarsfeld, nos Estados Unidos, que destruíram essa concepção e mostraram que a cultura de massa, do ponto de vista do processo de comunicação, está intimamente vinculada a cultura popular, e dela depende para sua afirmação (1998, p. 193)

Para Marcos Alexandre (2001), a mídia, como um meio de comunicação de massa, tem como função informar, divertir, persuadir e ensinar. O autor disserta que «eles [mídia] se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem» (2001, p. 13). Nesse sentido, essas são utilizadas pelas empresas de comunicação para aumentar o número de vendas, entreter e servir aos interesses de uma elite dominante.

Esta manobra torna-se ainda mais poderosa quando textos, reportagens e matérias aparecem sem autor explícito. Tal ausência de um nome, de um responsável pelo dito, tem impacto na relação imaginária com o leitor, que passa a acreditar (daí advindo a credibilidade) que não se trata ali de uma mera opinião pessoal, partícula de um mundinho reduzido e digno de apenas uma voz, mas sim de um julgamento universal, compartilhado por todos. Assim, o efeito de sentido do discurso jornalístico aproxima-o de uma Lei. E Lei não comporta opinião, interpretação nem crítica; deve ser aceita e maximizada na sua impessoalidade (idem.).

Nesse sentido a mídia vem desempenhando um papel fundamental na sociedade atual, possibilitando bombardeios de informações - por via de textos escritos, imagens e sons - que tentam influenciar atitudes e criar formas de pensar. Essa difusão de mensagens pelos meios de comunicação dão origem ao que se denomina "cultura de massa" ou "indústria cultural", onde a mídia tenderia a produzir uma cultura universal através da proliferação de ideologias. Adorno e Horkheimer discordam do uso da expressão "cultura de massa" na medida em que o termo pode levar a compreensão de que esta cultura surgiria da massa (Alexandre, 2001).

John Thompson (1995) disserta que a "indústria cultural" surgiu em meio ao crescente processo de mercantilização da cultura, onde a produção e a distribuição dos produtos são vinculados diretamente aos interesses económicos e lucrativos da sociedade capitalista. Tal processo é visto por Adorno e Horkheimer como responsável pela padronização da cultura e das formas de pensar, diminuindo a capacidade crítica e autónoma do indivíduo. Thompson critica essa ideia argumentando que «não é totalmente evidente que ao receber esses produtos, os indivíduos sejam levados a aderir a ordem social, a identificar-se com imagens projetadas e a aceitar, acriticamente, a sabedoria proverbial que é veiculada»(1995, p. 138) .

Para José Melo (1998), o surgimento da cultura de massa se deve ao fim da barreira da cultura clássica (tradicional) e da cultura popular, pois se antes estes dois se encontravam em oposição, sem qualquer interação um com outro, hoje os meios de comunicação possibilitam as trocas de conhecimentos entre os mesmos. Dessa forma, as tecnologias de comunicação aproximaram esses dois tipos de cultura, originando uma cultura universal ou uma cultura de massa.

Não que a cultura de massa assume, sociologicamente, o caráter de uma cultura intermediária; ao contrário, ela ocupa, em determinado sentido, um nível superior, porque tem características marcantes de cosmopolitismo e universalidade, contrastando assim com a natureza local ou regional da cultura clássica e da cultura popular (Melo, 1998, p. 190)

1.3. A mídia como um instrumento educativo

O século XIX e o século XX foram épocas (como já vimos anteriormente) de grandes mudanças na organização espacial e temporal ocasionada pelos avanços das tecnologias da comunicação e locomoção. Essas acentuadas trocas de informações e conhecimentos originou o que os autores (Torres, 2001; Thompson, 1995, 1998) denominam de “sociedade do conhecimento”, onde em qualquer lugar e em qualquer hora se pode obter conhecimento sobre determinado assunto.

Segundo o relatório da UNESCO (1999), nas sociedades tradicionais a organização econômica, social e política, possibilitava a construção de uma educação com uma organização estável, obtendo um currículo e um espaço de aprendizagem bem definidos. Para Moacir Gadotti (2005), a escola do passado tinha um caráter monocultural e valorizava apenas os conhecimentos científicos transmitidos dentro de sala de aula, sendo assim, os saberes apreendido socialmente não eram valorizados.

O fenômeno da globalização abalou e modificou essa forma de educar e de aprender pois as tecnologias da informação criaram novos espaços de aprendizado. Segundo Gadotti (2005) «a sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem»(p. 3), rompendo a barreira do tempo e do espaço.

Maria Manuela Santos (2005) afirma que, na sociedade atual, as instituições (escola, família, partido políticos entre outros) perdem força nas suas funções sociais para serem exercidas com maior vigor pelos meios de comunicação de massa, pois estas possibilitam contato dos indivíduos a diversos tipos de saberes e informações. Sendo assim, os meios de comunicação ocupam um papel central na aprendizagem do indivíduo, sendo responsável por tornar a educação algo essencial ao longo de toda vida.

A UNESCO (1999) salienta que na sociedade atual não se pode pensar construir um conhecimento e pensar que este é imutável, que vai servir para toda a vida, pois com os avanços das tecnologias e com aumento das trocas de conhecimentos, os saberes e a forma de se estar no mundo se modificam a um curto espaço de tempo, se tornando rapidamente obsoleto. Sendo assim, os indivíduos necessitam cada vez mais ir em busca de novas aprendizagens, o que a UNESCO denomina de “educação ao longo da vida”.

A educação ao longo da vida não é um ideal longínquo mas uma realidade que tende, cada vez mais, a inscrever-se nos fatos, no seio de uma paisagem educativa complexa, marcada por um conjunto de alterações que a tornam

cada vez mais necessária. Para conseguir organiza-la é preciso deixar de considerar as diferentes formas de ensino e aprendizagem como independentes umas das outras e, de que alguma maneira, sobrepostas ou concorrentes entre si, e procurar pelo contrário, valorizar a complementaridade dos espaços e tempos da educação moderna (Delors, et al., 1999, p. 104)

O relatório da UNESCO (1999) ainda acrescenta que a educação ao longo da vida deve promover a capacidade do indivíduo de conduzir a própria vida num mundo onde a relação entre os homens e mulheres se modificam a todo momento. Nesse sentido, a educação na sociedade do conhecimento é visto como algo fundamental para o desenvolvimento pessoal e social dos educandos, sendo valorizados, não somente os conhecimentos adquiridos dentro de sala de aula, mas também aqueles que são construídos em espaços informais.

Ressalta-se que a educação formal e informal se caracteriza por terem diferentes delimitações espaço-temporal. Segundo Gadotti (2005), a educação formal é aquela que se realiza dentro do espaço da escola e/ou universidade com uma organização e currículo próprio, obtendo uma forma sistemática de estruturar o funcionamento da instituição. A educação informal «é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática» (2005, p. 3), esta se dá em contextos onde não se precisa de um sistema hierárquico de progressão e seus espaços são múltiplos (ongs, mídia, seio familiar, entre outros).

Maria Gohn (2006) distingue os conceitos de educação formal, educação não-formal e educação informal. Para a autora, o primeiro se assemelha a conceitualização construído por Gadotti, sendo um conjunto de atividades educacionais que se realiza dentro do contexto escolar e universitário, obtendo currículos e horários demarcados. A educação não formal ocorre em espaços informais, ou seja, fora da instituição de ensino, porém é caracterizada por ser uma ação intencional, sendo os sujeitos pelas quais se interage os próprios educadores. A educação informal é:

aquela em que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc, carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados (...) é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaço e ações coletivas cotidianas (2006, p. 28)

A mídia, hoje, é vista como um meio de educação não-formal pois, como já dissemos, através desta pode-se transmitir conhecimentos, valores, ideologias entre outros. Nesse caminho, a educação se depara com alunos que tem acesso a esses meios de comunicação e a todo momento recebem novos saberes. Para Gadotti (2005), «nesse contexto o professor é muito mais um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da própria formação»(p. 3). Dessa forma, se antes a escola ignorava em seu currículo os saberes

populares construídos pelos alunos, agora se vêem obrigados a trabalhar e valorizar esses conhecimentos adquiridos nos espaços informais.

Leonor Areal (1995) afirma que as mídias hoje tem um papel fundamental na educação informal dos indivíduos e para o desenvolvimento cultural da sociedade. Para a autora, a mídia permite uma ampla possibilidade dos alunos aprenderem e estar conectados com os acontecimentos no mundo, no entanto, tais informações podem representar um perigo no que diz respeito a homogeneização dos comportamentos e na manipulação da população. Sendo assim, cabe a escola proporcionar atividades que dê a capacidade do indivíduo de escolher as informações e analisa-la criticamente.

Segundo Evelyne Bévort e Maria Luiza Belloni (2009), a mídia-educação ou educação para as mídias é um campo relativamente novo, sendo debatido por especialistas de várias áreas da ciências humanas e pelas organizações internacionais, como a Unesco. Os estudos sobre o tema começaram na década de 50 e 60 na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, apontando os aspectos negativos dos meios de comunicação no que se refere a manipulação e homogeneização cultural, defendendo a formação e capacitação dos alunos para uma leitura crítica da mídia. Sendo assim, a maior preocupação era com os aspectos políticos, ideológicos e culturais que as tecnologias da informação têm o poder de influenciar.

Para Maria Manuela Santos, a educação para as mídias, nessa primeira fase, via os meios de comunicação como um instrumento de alienação e manipulação da população. Nesse sentido, acreditavam que a cultura que se deveria valorizar era aquela transmitida na escola e não aquela comercialmente difundida pelas tecnologias da informação. Nesse caminho, a autora aponta que educação para mídias era, na realidade, uma educação contra as mídias.

Em 1960 a Unesco declara a importância da mídia na inclusão social no que se refere a expansão da educação a distância, possibilitando o ensino técnico e profissional para aqueles que se encontram privados do ensino. Somente em 1982, com a Declaração da Unesco sobre educação para as mídias, se reconhece o papel da mídia como promotora de expressão de opinião e da participação ativa dos indivíduos na sociedade, colaborando para a formação da cidadania e da democracia (Bévort & Belloni, 2009). Nesse momento a Unesco define a educação para as mídias como:

Todas as maneiras de estudar, aprender e ensinar em todos os níveis e em todas as circunstâncias, a história, a criação, a utilização e a avaliação das mídias enquanto artes práticas e técnicas, bem como o lugar que elas ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação mediatizadas, a participação, a modificação do modo de percepção que elas

engendram, o papel do trabalho criativo e o acesso as mídias ⁴(Unesco, 1984, citado porBévort & Belloni, 2009)

Nesse momento a educação para as mídias fica relacionada em dois âmbitos: capacitar os indivíduos para uma leitura crítica das mídias e refletir sobre o papel que esta desempenha na sociedade. A partir da década de 90 o papel educativo da mídia torna-se um tema bastante debatido nas ciências sociais, originando diversas políticas públicas e ações para que o papel da mídia pudesse ser reconhecido e valorizado na escola (Bévort & Belloni, 2009).

Sendo assim, a mídia deve ser valorizada por seu potencial educativo, porém para que esta realmente eduque para a formação de indivíduos livres, democráticos e que aceitem e respeitem as diferenças é essencial que a escola e todo corpo social o prepare para criticar e analisar os conteúdos transmitidos na mídia, possibilitando a capacidade do aluno de enxergar as ideologias e as relações de poder embutidas.

⁴ ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'EDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE (1984). L'éducation aux medias. Paris.

CAPÍTULO II - DIVERSIDADE CULTURAL: DISCURSOS E CONTRADIÇÕES

O capítulo II reflete sobre algumas das principais discussões sobre as sociedades multiculturais apontando os discursos, as teorias e as contradições existentes, tendo como objetivo: (a) Compreender o processo da formação das sociedades multiculturais bem como das migrações e os discursos sobre a questão da diversidade (b) Identificar os discursos construídos sobre a questão do racismo e da xenofobia; (c) Identificar fatores causadores de racismo, xenofobia ou aceitação da diversidade étnico.

2.1. Sociedades Multiculturais

As sociedades multiculturais surgiram num contexto onde a interconexão entre os países transformaram formas de agir e de pensar. Nesse momento, o mundo convive com um realidade onde a economia se globaliza, aumenta-se o movimento migratório, assim como a miscigenação dos povos. Essa pluralidade cultural trouxe para o centro das discussões nas ciências humanas a questão do reconhecimento da diferença, aparecendo também como umas das preocupações políticas no âmbito das organizações internacionais, como a ONU, UNESCO entre outros (Touraine, 1997), sendo importante compreender como ocorreu o processo da multiculturalidade e os modelos de ideológicos para lidar com a diversidade.

Nesse sentido, esta primeira parte do capítulo II aborda o conceito de cultura; o contexto da diversidade cultural na Europa (e mais especificamente em Portugal); as ideias multiculturalistas construídas no final do século XX e a construção das identidades, buscando responder ao primeiro objetivo já mencionado.

2.1.1. Cultura: um panorama histórico sobre o seu conceito.

A palavra cultura, durante a história, pode ser encontrada com diferentes significados, se tornando um dos termos mais complexos da atualidade. Segundo Terry Eagleton (2003), tal complexidade trouxe diversas discussões e contradições entre os teóricos no que diz respeito a sua definição. Sendo assim, neste tópico do capítulo II se irá abordar um pequeno panorama teórico sobre os significados do termo.

A cultura originou-se do latim *culture* que significava parte da terra que era cultivada. No século XVI a palavra se referia a ação de cultivar. Segundo Terry Eagleton (2003) o termo deriva da natureza, sendo a “lavoura” e o “cultivo agrícola” seu significado original. Sendo assim «a cultura, aqui, significa uma atividade, e passou-se muito tempo até que a palavra viesse a denotar entidade» (idem, p. 9)

Somente a partir do século XVIII o termo começa a sofrer varias modificações no seu significado, ficando relacionado à formação do espírito. No início deste último século

referenciado, o dicionário da academia francesa passa a associar a palavra cultura com um outro termo que o acompanhará, como cultura das artes, cultura da letras entre outros, «como se fosse necessário precisar de um objeto cultivado» (Cuche, 2004, p. 31).

Segundo Denis Cuche (2004), progressivamente a palavra se desliga do termo que o acompanhava para ser utilizada isoladamente. A “cultura”, nesse momento, passa a ser relacionada com a formação do indivíduo. Sendo assim, o termo fica associado a um conjunto de conhecimentos necessários para «educar o espírito». No final do século XVIII, o termo passa a significar o estado, o espírito cultivado pela instrução. Para os pensadores do Iluminismo, a cultura é o «conjunto de saberes acumulados e transmitidos pela humanidade considerada como totalidade no curso da sua história» (idem, p. 33).

Judy Giles e Tim Middleton (2008) afirmam que, no século XVIII, a cultura fica associada basicamente ao cultivo da evolução espiritual e moral da humanidade. Dessa maneira, a cultura é vista como processo, onde a sociedade, através deste cultivo, estaria evoluindo para a formação de uma sociedade com valores e regras vistas como verdadeiras e universais. Assim, associa-se a ideia de evolução, onde os povos, através do acúmulo de saberes, valores e regras, passam progredir como sociedade. Segundo Cuche (2004), os pensadores afirmavam que «o progresso nasce na instrução, quer dizer da cultura, em crescimento constante» (p. 32). Para o pensamento da época, todos os povos podem receber cultura e evoluir, existindo sociedades mais e/ou menos desenvolvidas, ou seja, civilizadas. Nesse momento, palavra “cultura” passa a ser referenciada pelos filósofos da época (final do séc. XVIII) sempre no singular, mostrando o universalismo e o humanismo que eram valorizados por esses pensadores. Quanto a isso Veiga-Neto (2003) assinala que:

A cultura durante muito tempo foi pensada como única e universal. Única porque se referia aquilo que de melhor havia sido produzido, universal porque se referia a humanidade, um conceito totalizante, sem exterioridade. Assim a modernidade esteve por longo tempo mergulhada numa epistemologia monocultural. A educação era entendida como o caminho para o atingimento das formas mais elevadas de cultura (p.6).

Na Alemanha a palavra culture, da língua francesa, foi conhecida como Kultur, ainda no século XVIII. O termo entra no país num momento onde intelectuais da burguesia começam a questionar o sistema aristocrático. Com o crescimento da França, após a revolução, a Alemanha se depara com um forte sentimento de inferioridade perante ao domínio cultural francês, passando a querer reforçar sua marca como nação (Cuche, 2004). Nesse sentido, Kultur fica associado a ideia de nação. A noção de cultura para os alemães fica cada vez mais tendenciado para a delimitação das diferenças nacionais a partir do século XIX. Para esse

mesmo autor, «a cultura surge como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais morais que constituem a nação» (idem, p. 37).

No século XIX, com o aparecimento da Antropologia Física e da Etnologia como disciplina científica, a cultura fica estritamente ligada aos estudos biológicos e evolucionistas apoiados na teoria de Darwin. Nesse sentido, surgem pesquisas que relacionam a inteligência do ser humano com nível de evolução de seu grupo cultural (Lagoa, 1995). Tais estudos segundo Cuche defendiam a unidade e a teoria evolucionista da humanidade, ideia que tinha sido sustentado pelos pensadores iluministas do século XVIII.

Nos EUA, os estudos sobre a questão da cultura ganham força na segunda metade do século XX. Devido as grandes migrações no país, a luta do movimento negro e fim das duas grandes Guerras Mundiais (1914 - 1918 e 1839 - 1945) várias estudos e debates foram realizadas. Segundo Maria do Nascimento Miranda (1994), a cultura, nesse momento, não é mais vista como imutável e fixa. Esta é reconhecida basicamente como uma construção social que se modifica ao longo dos anos e difere entre os grupos étnicos. Dessa forma, a cultura é entendida «como uma elaboração coletiva, em transformação constante, em que as culturas dos imigrantes e das minorias são aspectos específicos a ter em conta nas mudanças das sociedades e dos indivíduos» (Pereira, 2004).

Em 2002, a UNESCO lança a declaração para a diversidade cultural, onde em seu artigo 1 afirma que:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade (...) neste sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações futuras (Unesco, 2002).

2.1.2. O contexto das migrações na União Europeia e a problemática da diversidade

A diversidade de povos e culturas sempre foi algo presente na história da Humanidade. Cada grupo étnico detinha uma forma de lidar com o mundo, construindo sua própria forma de estar na sociedade. A expansão marítima europeia para a Ásia, África e América colocou ainda mais em evidência as diferenças, pois foi em busca de matérias-primas e mão-de-obra barata que este movimento migratório se concretizou entre o século XVI e XIX, colocando diferentes culturas em contato.

Segundo Jean-Claude Chesnais (1994), os fluxos migratórios geralmente ocorrem em direção a lugares onde a taxa demográfica é baixa. Durante a colonização europeia, - entre o século XVI e o início do século XX, segundo o referido autor, a Europa estava passando por um

momento onde o número de fertilidade era alto, aumentando a taxa populacional. Esse aumento da população era acompanhado por problemas como pobreza, violência, fome, entre outros; dessa forma, os europeus procuravam sair de seus territórios para encontrar melhores condições de vida em outros países. Foi nesse contexto que a emigração europeia se perpetuou, pois a Europa estava passando por um momento onde o número de fertilidade era alto (aumentando a taxa populacional), além disso, as guerras e as crises políticas e económicas que a mesma estava atravessando incentivou a contínua emigração até a década de 60 do século XX.

Somente depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que a situação se inverte, pois a instabilidade política nos países da antiga União Soviética, a crise do petróleo na década de 70 e o agravamento da situação socioeconómicos junto com o crescimento acelerado da população nos países em desenvolvimento (América Latina, África e Ásia) causou um grande fluxo migratório para Europa e para os EUA. Além disso, a independência das antigas colónias fez com que descendentes de antigos imigrantes da Europa voltassem ao país de origem de seus ancestrais (Chesnai, 1994).

Nesse caminho, a Europa, nos dias atuais, vem se deparando com uma realidade onde a diversidade cultural tem aumentado cada vez mais, pois se antes os europeus saíam de seus países para suas colónias, hoje a população tem migrado dos países periféricos (possuem desvantagem na situação socioeconómica) para os países da Europa e da América do Norte (EUA e Canadá).

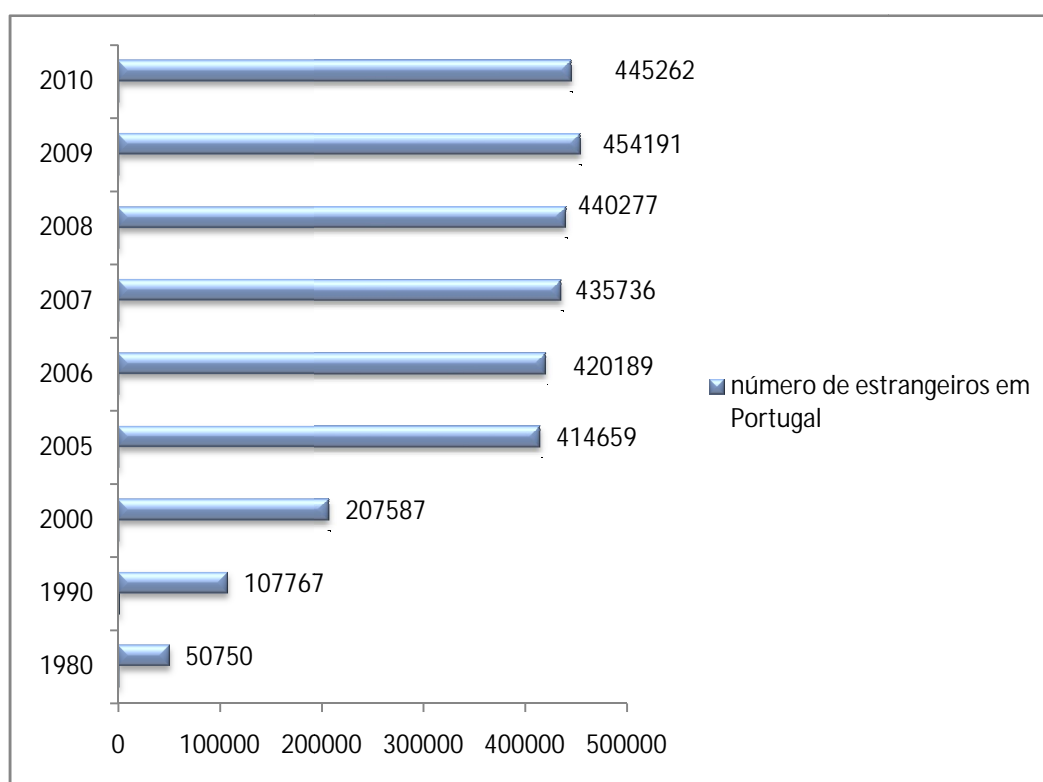
Em Portugal, segundo o documento do SEF(2009), até a década de 70, o movimento migratório (não se diferenciando do resto da Europa) era para fora do país, obtendo um saldo negativo no fluxo migratório. Segundo António Martins (2008), o pequeno número de estrangeiros que viviam no país antes da referida década era constituído por imigrantes europeus ligados a indústria e comercialização do vinho do Porto.

Como já foi dito, as constantes crises, o agravamento da situação socioeconómico dos países periféricos, as guerras e as perseguições fizeram com que Portugal recebesse diversos imigrantes, mudando, desta maneira, o sentido do movimento migratório na década de 70 (Martins, 2008). Segundo Maria José Casa-Nova (1994), os primeiros imigrantes, numericamente significativa em Portugal eram provenientes dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), especialmente de Cabo-Verde, porém, como nos aponta este

investigador, desde o ano de 2000 a imigração do Brasil e do Leste europeu ultrapassa os da África.

Sendo assim, Portugal recebe hoje estrangeiros principalmente oriundos dos PALOP (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau), do Brasil e dos países do Leste Europeu (Ucrânia, Moldávia e Roménia) representando juntos 71% dos estrangeiros com residência no país (SEF, 2009).

Gráfico 1 – Números de Estrangeiros em Portugal



Fonte: Relatório SEF 2009, 2010

No gráfico apresentado acima, com dados publicados pelo SEF (2009), nos mostra o crescimento considerável dos estrangeiros com residência em Portugal a partir da década de 90 e sua intensificação depois do ano de 2000. Segundo as Estatísticas do SEF, a cada ano o número de imigrantes residentes em Portugal aumenta. De 2008 para 2009, houve um crescimento de 3,16 %. No relatório do Sef de 2009 afirma-se que residem cerca de 454.191 estrangeiros, sendo Lisboa a cidade com a maior percentagem entre os quais 196.798 são residentes.

Nos dados mais recentes dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (2010), o Brasil continua sendo o país de origem da maior parte dos estrangeiros com 26,1%. É importante observar que no ano de 2010, apesar do número de imigrantes ser ainda bastante elevada, o número de imigração diminuiu, passando de 454191 residentes, em 2009, para 45262, em 2010, um decréscimo de 1,97%. Este fato se justifica, segundo a instituição mencionada, devido ao contexto de crise económica na qual Portugal se encontra, influenciando o retorno dos imigrantes aos seus países ou a mudança da imigração para outro país.

Com relação à imigração brasileira, segundo Gleiciani Fernandes (2008), pode-se observar seu apogeu na década de 80, onde se constatou um crescimento no número de brasileiros emigrando para países da Europa e para os Estados Unidos. A primeira leva da saída destes rumo aos países citados teve como justificativa a grande crise económica do Brasil, que detinha níveis altíssimos de inflação. Em Portugal, a primeira leva de brasileiros era caracterizada por terem alta qualificação, tendo como justificativa da imigração a realização de formação e assistência técnica aos portugueses e a motivação por busca de melhores qualidades de vida.

No final dos anos 90 a situação se inverte e Portugal recebe brasileiros em sua maioria com baixo nível de instrução e com pouco e médio poder aquisitivo, inserindo-se principalmente, nos setores de baixa qualificação profissional (Fernandes, 2008). Segundo o relatório do SEF de 2009, a população brasileira é a mais representativa em Portugal, sendo 25% da comunidade estrangeira no país, atingindo o valor de 116.220 indivíduos com residência regular.

Essa pluralidade cultural desencadeou diversas políticas públicas para integrar os imigrantes. Segundo Martins (2008), até a década de 80, os governos de cada país membro da Europa tinham a liberdade e responsabilidade de ditar medidas de controle e integração dos imigrantes. Somente a partir do Tratado de Amsterdã (1997) e o Conselho Europeu de Tampere (1999), que as políticas seguiram uma única orientação na Europa, obtendo quatro linhas norteadoras, «uma gestão mais eficaz dos fluxos migratórios, um regime de asilo comum, parcerias com países de origem, tratamento equitativo dos cidadãos de países terceiros» (Martins, 2008, p. 27).

A UNESCO (2009) preconiza a adoção da diversidade como tema central desde a década 60, porém, somente em 2001 foi criado o documento internacional (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural) que coloca de forma oficial a posição da organização frente à pluralidade cultural, influenciando medidas e políticas no mundo todo. Em 2005, a

UNESCO lança a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais que vai reforçar aquilo que foi colocado no documento anteriormente citado.

Para a UNESCO a diversidade cultural «amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória» (2002). No documento é posto a defesa da diversidade cultural como algo fundamental para o respeito e para a dignidade do ser humano. Dessa forma, para a organização internacional, é essencial que as pessoas de diferentes culturas tenham liberdade de se expressar culturalmente e o direito a uma educação que respeite as diversas identidades.

Assim sendo, a diversidade cultural torna-se um tema central nos debates políticos e científicos nos dias atuais, porém nem todos vêem a diversidade como algo positivo. Para António Perotti (1997) a pluralidade começou a ser vista como um problema quando a cultura denominada “diferente” passou a ameaçar as identidades e as culturas maioritárias. Como nos aponta o mesmo autor, a pluralidade colocou em questionamento os saberes e os valores universais, passando a reconhecer a construção sócio-cultural dos mesmos.

Dessa maneira, surgiram três tipos de respostas para lidar com esta diversidade: assimilacionista, integracionista e pluralista. O primeiro acreditava que a integração dos imigrantes deve ser realizada através da assimilação da cultura do país de acolhimento, tendo os estrangeiros de se adaptar aos diferentes costumes. Sendo assim, «pretendia-se que as minorias étnicas assimilassem a cultura da sociedade receptora, anulando todos os factores de diferenciação, ou seja, deixando de ser minoria, propriamente dita»(Martins, 2008, p. 30).

A perspectiva integracionista vê na integração social e na tolerância uma saída para lidar com os conflitos multiétnicos.

A perspectiva pluralista acredita que deve se reconhecer a diferença, respeitando e valorizando os saberes das diversas etnias. Sendo a atual perspectiva de intervenção, defende-se a coexistência das culturas no mesmo espaço, sendo fundamental o diálogo com o “outro” para que se os diferentes possam conviver juntos. Dentro desta visão, duas linhas se formaram - o multiculturalismo e o interculturalismo - que serão abordados na próxima parte do trabalho.

2.1.3. Multiculturalismo e Interculturalismo

A realidade da pluralidade cultural faz com os países tentem de alguma forma lidar com as diferenças. A visão pluralista sobre o atual contexto de diversificação nasce na segunda metade do século XX na tentativa de criar sociedades mais justas e solidárias, sem discriminar ou silenciar as minorias étnicas. Foi depois da Segunda Guerra Mundial – onde ocorreram milhares de assassinatos em nome da “raça ariana” - que as preocupações políticas e sociais com relação ao preconceito tornaram-se presente.

O multiculturalismo e o interculturalismo apesar de aparentemente parecerem ter o mesmo significado se diferenciam em sua ideologia. O primeiro é um termo anglo-saxónico, tendo como influência o movimento negro na década de 70, que reivindicava o reconhecimento da sua cultura, o fim da discriminação e a igualdade de oportunidade entre os diferentes. O interculturalismo surge na França, criticando a defesa exacerbada da cultura pelos os multiculturalistas, afirmando que os povos devem manter o dialogo e que a cultura se transforma com tempo e com a troca de conhecimentos.

Dessa maneira, o multiculturalismo surgiu em meio a um contexto de imensos confrontos entre grupos étnicos diferenciados. Buscando valorizar e obter o direito a preservar suas características culturais, os grupos culturalmente dominados passam a reivindicar o respeito e o reconhecimento de seu grupo. Segundo Luiz Gonçalves e Petronilha Silva (1998), o multiculturalismo «teve início em países nos quais a diversidade é vista como um problema para a construção da unidade nacional» (1998, p. 22). Os primeiros a defender o multiculturalismo foram os negros nos Estados Unidos.

O conceito de multiculturalismo se inscreve em um movimento que defende a valorização e o reconhecimento das diferentes identidades culturais, bem como a inter-relação entre os indivíduos de diversos grupos culturais. Para Luiz Gonçalves e Petronilha Silva «uma das formas como o multiculturalismo se apresenta para o conjunto da sociedade é como estratégia política. Mas tem sido entendido, também, como uma espécie de corpo teórico, que deve auxiliar ou orientar a produção do conhecimento» (1998, p. 15). Sendo assim, o termo pode ser visto como políticas de integração social mas, também, como ideologias e um conjunto teórico que vão influenciar formas de agir sobre a sociedade.

Para Boaventura de Sousa Santos e João Nunes (2003), o multiculturalismo designa «a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizado por culturas diferentes no seio de sociedades modernas» (p. 3). Segundo os autores, a ideias elencadas por esta perspectiva

pluralista deu origem a diversas críticas. Por um lado, acreditavam que esta ideologia pode gerar novos tipos de racismo na medida que há um fortalecimento e uma luta para o reconhecimento das culturas locais. Por outro lado, os que vêem o multiculturalismo como uma política emancipatória, acreditavam que este pode promover a coexistência de diversas culturas em um mesmo espaço através do respeito e da aceitação da diversidade.

O multiculturalismo abarca também mudanças epistemológicas na medida em que pensar a pluralidade cultural, numa perspectiva complexa e relativizadora, questiona a epistemologia tradicional que via o conhecimento como único, estático e linear, sem considerar a influência sociocultural na construção desses saberes, como enfatiza João Maria André:

trata-se de postular uma epistemologia dinâmica versus uma epistemologia essencialista e substancialista, uma epistemologia do complexo versus uma epistemologia do simples, uma epistemologia do tempo contraditório versus uma epistemologia do tempo linear, uma epistemologia dialógica versus uma epistemologia monológica, uma epistemologia idiográfica versus uma epistemologia nomotética e uma epistemologia ecológica versus uma epistemologia tecnológica (André, 2005, p. 107)

Sendo assim, através do movimento negro muitas pesquisas sobre as questões étnicas vão sendo realizadas nas universidades. Pessoas pertencentes as minorias étnicas passam a reivindicar o reconhecimento da sua cultura dentro da escola como forma de sua valorização por muito tempo foi discriminada e silenciada. Nesse caminho, surgem os defensores da educação multicultural. Dentre eles, um dos mais importantes foi James A. Banks, que dirige um centro de estudos de educação multicultural na Universidade de Washington.

A educação multicultural para James Banks (1994) é uma educação para a liberdade onde alunos de diversas etnias possam sentir-se valorizados pelo reconhecimento da sua identidade e com isto a possibilidade de receberem igualdade de oportunidade. Para o autor, o termo se conceitua como ⁵«an reform movement designed to restructure schools and other educational institutions so that students from all social-class, racial, cultural and gender groups will have an equal opportunity to learn» (1994, p. 10).

O mesmo autor salienta que a Europa mantém uma dívida histórica com os países africanos, asiáticos e americanos e que deve ser reconhecido e quitado através de uma reforma curricular onde os conhecimentos e os valores destes possam ser também valorizados. O número de negros e imigrantes de diversas partes do mundo se intensifica a cada dia, aumentando a luta dos mesmos por direitos e reconhecimento. Segundo o autor

⁵ Um movimento com designo de reestruturar a escola e outras instituições educativas para os estudantes de todos os grupos raciais, culturais, de gênero e de classes sociais possam ter igualdade de oportunidade.

⁶«they also want school to discuss not only the diversity and democratic ideals of western civilization, but also its failures, tensions and dilemmas» (idem, p. 4).

A escola, para esse mesmo autor, deve ensinar aos alunos que os conhecimentos são construídos socialmente, variando de acordo com a cultura e com o contexto socio-histórico. De acordo com Banks, ⁷«to create and maintain a civic community that works for the common good, education in a democratic society should help students acquire the knowledge, attitudes, and skills» (ibidem, p. 1).

O termo “intercultural” surgiu na segunda metade do século XX, o mesmo vem se diferenciar do multiculturalismo no que diz respeito a sua forma de intervenção e, como já foi mencionado, em sua ideologia. O multiculturalismo se expande aparecendo como um movimento que constata e reconhece as diferenças culturais existentes nas sociedades atuais. O interculturalismo, para além disso, procura encontrar estratégias de comunicação e interação entre as diversas culturas, pois por meio dessa abertura de trocas de saberes com pessoas e culturas diversificadas é possível reconhecer, compreender e enriquecer a si próprio e ao outro (Lagoa, 1995).

Dessa forma, a interculturalidade «é uma atitude humanista que deseja o diálogo, o respeito pelas diferenças e a compreensão mútua» (Araújo, 2008, p. 58). Rosalina Lagoa (1995) acrescenta que o termo surge «como o conjunto de processos psíquicos, relacionais, grupais e institucionais gerados pela interação de culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação» (p. 24).

Esse movimento defende a integração pluralista, onde se valoriza a integração e trocas de saberes entre as diversas etnias a fim de construir uma sociedade solidária e aberta às diferentes visões de mundo. Ressalta-se que a interculturalidade pretende, para além de reforçar as identidades locais, obter o diálogo entre o universal e o particular, oferecendo a todos o acesso a diferentes tipos saberes. Como afirma Rosalina Lagoa (1995), a comunicação com os conhecimentos globais não nega as particularidades culturais na medida em que essa universalidade for construída a partir do local.

A interculturalidade pretende construir identidades com base na afirmação da cultura de cada um, porém essas identidades devem estar abertas a outras culturas. Para a investigadora que venho citando só é possível uma verdadeira interação e troca de saberes

⁶ Eles também querem que a escola não discuta somente a diversidade e os ideais democráticos da sociedade ocidentalmas também as falhas, tensões e dilemas.

⁷ Para criar e manter uma comunidade cívica que trabalhe para o bem comum a educação em uma sociedade democrática deve ajudar os indivíduos adquirirem conhecimentos, atitudes e competências.

(com pessoas diferentes) quando se constrói uma identidade na qual se afirma e reconheça a sua própria cultura.

Sendo assim, a educação que segue as linhas do pensamento intercultural deve construir práticas que eliminem a hierarquização de culturas, qualquer tipo de preconceito (seja por raça, cor, género entre outros) e a desigualdade de oportunidade.

2.1.4. Entre o global e o local: as identidades na sociedade globalizada

A questão da identidade no mundo globalizado aparece como um tema central nas discussões sobre diversidade, pois a construção da mesma - que era vista como única e totalizante para todos os indivíduos de uma nação - hoje é contestada e repensada por uma sociedade que se vê diante de uma imensa diversidade cultural causada pelas migrações e pela miscigenação, originando uma teia de identidades possíveis de que o indivíduo pode vir assumir.

Num momento anterior a essa crise de identidade, a sociedade moderna era construída com base na ideia do Estado-Nação. Tal ideia era fincada numa definição onde a nação era reconhecida como uma:

comunidade dos cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime ou governo e tem uma comunhão de interesses, a coletividade dos habitantes de um território de tradições, aspirações e interesses comum e subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um Estado, excluindo o poder executivo (Hobsbawm, 1998, p. 19).

Com isso, as nações eram vistas como sociedades homogêneas, possuindo mesmos interesses, mesma língua, mesma cultura e os mesmos valores, impedindo qualquer peculiaridade sobressair. Eric Hobsbawm(1998) afirma que a nação é uma construção da sociedade moderna estando relacionada com um Estado (uma unidade política) e uma delimitação territorial, que foi denominado pelo mesmo como Estado-nação. A origem da formação deste se dá, como aponta o autor referido, depois da Revolução Francesa e da Revolução Industrial entre o século XVIII e XIX.

Para Boaventura de Sousa Santos (1992), o Estado teve um papel fundamental na construção de um espaço intermédio entre a cultura local e cultura global. Tal espaço no qual o autor aponta se refere a nação, que ao mesmo tempo em que buscou diferenciar (através das identidades nacionais) as culturas entre os países, procurou homogeneizar internamente as culturas locais, localizadas dentro do território nacional. Sendo assim, a construção da nação enfraqueceu tanto as culturas locais como as globais.

Essa ideia de Estado-Nação, como nos aponta António Perotti (1997), é questionada na medida que a identidade, até então vista como unificada, é sobreposta a uma realidade onde a pluralidade de culturas é desconstruída com a unidade defendida no conceito de “nação”. Foi o avanço das tecnologias de comunicação e da informação que possibilitou esse aumento da interação entre os diferentes povos, obrigando os indivíduos a conviverem com a diferença, na medida que se alargou o contato com diversas culturas.

Para Boaventura de Sousa Santos (1992), neste momento as identidades locais e as identidades globais vão se fortalecendo e esmagando o espaço construído anteriormente pela nação, enfraquecendo-a.

Alain Touraine (1997) afirma que precisamos aceitar a decomposição do modelo modernista. Para o autor o reforço das identidades se dá devido a morte da “sociedade” e do “eu”, dando origem as comunidades. O surgimento do comunitarismo teria como causa a defesa e a resistência das identidades contra o processo homogeneizante da sociedade de consumo e tecnológico, sendo definido pelo autor como um agrupamento de pessoas que se unem por identificação para defender e preservar a sua identidade.

A motivação para a luta pelo reconhecimento das identidades advém do sofrimento causado pela dilaceração da sociedade, sendo umas das principais forças de resistência. Alain Touraine nos aponta que vivemos sobre ruínas das ideias Iluminista, onde a racionalidade (tão fortemente defendida) é abalada pelo retorno da cultura e da religião em sua diversidade.

Durante muito tempo, a nossa patologia principal proveio do peso repressivo que as interdições e as leis exerciam sobre nós, vivemos uma patologia inversa, a da impossível formação de um Eu, quer ele esteja afogado na cultura de massa ou encerrado em comunidades autoritárias (Touraine, 1997, p. 82).

Stuart Hall(2006) alude em sua obra A identidade cultural na pós-modernidade que a concepção de identidade da modernidade passou não mais ser vista como inabalável, mas questionável e passível de superação. O autor expõe três concepções do sujeito: a) sujeito do Iluminismo; b) sujeito sociológico; c) sujeito pós-moderno.

Durante o Iluminismo, a ideia que se tinha era de que o indivíduo fosse um sujeito centrado, dotado de razão e possuidor de um núcleo interior que nascia com ele e se desenvolvia ao longo do tempo sem qualquer relação com o meio social.

O sujeito sociológico continua com o centro do sujeito do iluminismo, mas agarra a ideia de que o meio social tem um grande papel na construção da identidade. Como dissertou Stuart Hall, «A noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação, que mediava, valores, sentidos e símbolos» (2006, p. 11). Assim, a

idéia que se tinha, segundo este pesquisador, era de que a identidade fosse formada na interação entre o “eu” (núcleo interno) e a sociedade.

Estas concepções de identidade, apresentadas acima, são questionadas, pois o sujeito que antigamente tinha uma identidade instável e unificada agora tem sua identidade fracionada, podendo possuir mais de uma identidade. Esta modificação é decorrente, segundo Stuart Hall (2006), de uma profunda transformação estrutural e institucional. Dessa forma, a identidade pós-moderna não é fixa nem permanente, ela é móvel, sendo formada e transformada, «o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em torno de um eu coerente» (Hall, 2006, p. 13).

Antônio Perotti (1997) utiliza o termo “nodal” para se referir a essa sociedade que permite que o indivíduo esteja numa rede de múltiplas identidades. Dessa forma, o autor expressa que a Humanidade já não pertence a um todo social e que as identidades locais cada vez mais têm se fortalecido e ocupado um lugar significativo no mundo contemporâneo.

Destaca-se que essa luta pelo reconhecimento torna-se demasiado radical na medida em que esses grupos se fecham a qualquer outra cultura com a justificativa de preservar ou resgatar os valores do grupo. O fundamentalismo religioso e cultural reaparece e dá origem a novos tipos de racismo e xenofobia (Touraine, 1997; Perotti, 1997; Wieviorka, 2008). Como nos aponta Michel Wieviorka, «uma vez que as identidades culturais particulares prosperam e pedem reconhecimento, ao ponto de, por vezes, entrarem em concorrência também elas comportam dimensões radicalizadas nas quais o racismo depressa encontra o seu lugar» (2008, p. 254).

Segundo Stuart Hall (2006), a “morte do sujeito moderno” está intimamente relacionado com a intensificação do processo da globalização. A diversificação de representações e significações que surgiram com as trocas culturais possibilitou uma multiplicidade de identidades possíveis que o indivíduo pode vir a assumir. Dessa forma, a identidade se transforma a todo momento, sendo uma construção social e histórica.

Podemos notar que as identidades hoje são múltiplas e podem construir e se reconstruir a todo momento. O indivíduo se vê dentro de uma batalha, ao mesmo tempo em que a globalização os força a se interligar, consumir e estar dentro de padrões e regras universais, o local reaparece e fortalece peculiaridades culturais, reivindicando o seu reconhecimento. Essas lutas desencadeadas pelas minorias étnicas originaram novas políticas nacionais e internacionais para lidar com a diversidade.

Sabe-se que globalização mudou a noção de tempo e espaço fazendo com que as culturas, os valores e os saberes de diferentes países pudessem estar em constante troca, transformando e inovando novas formas de agir, de pensar e de construir identidades. Stuart

Hall nos aponta que «as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importante» (2006, p. 73).

2.2. Xenofobia, raça e racismo

Os conceitos de Xenofobia, Raça e Racismo advêm de atitudes de medo e recusa em aceitar o que é diferente. Dentro do novo contexto pluricultural, onde a diversidade cultural e as ideologias multiculturalistas se fortalecem, a questão da discriminação e da exclusão do “outro” aparecem de forma significativa. Dessa forma, o reconhecimento da diferença, o diálogo entre as diversas culturas e a integração é um dos principais objetivos das instituições e organizações internacionais, que visam por meio de políticas públicas, diminuir a exclusão dos estrangeiros, valorizando a troca de experiências (Araújo, 2008; Martins, 2008). Cabe ressaltar, que a definição de integração utilizada é aquela que a vê como uma inclusão na sociedade onde «grupos diferentes, submetidos a mesma jurisdição, devem possuir os mesmos direitos legais, embora possam ter privilégios desiguais em função da sua específica identidade religiosa, linguística, cultural. É a regra do direito a ser diferente e tratado como igual» (2008, p. 27).

Para Rosa Cabecinhas a distinção entre “nós” e os “outros” nunca é neutra, esta pode ocasionar um sentimento de repulsa, de medo, de atracção, de inquietação, entre outros. A diferenciação «baseia-se em características reais ou imaginárias, e as características atribuídas a determinado grupo são geralmente generalizadas a todos os membros e consideráveis imutáveis» (41). Sendo assim, “nós” caracterizamos o “outro”, sendo essas representações positivas e/ou negativas, e apesar de as considerarmos como inalteráveis são reinventadas e reinterpretadas de acordo com o momento histórico e as normas sociais (Rosa Cabecinhas, 2002).

O sentimento negativo construído em relação a um grupo dá origem a discriminação. A Unesco define o termo como «privação de vantagens sociais ou exclusão de atividades sociais por motivos que atendem especialmente ao preconceito»(UNESCO, 1995) distinguindo-a em 2 tipos: discriminação direta e indireta. A primeira se refere ao tratamento desigual e desfavorável a um determinado grupo, seja pela cor, idade, etnia, sexo, entre outros. A discriminação indireta está relacionada com uma atitude que aparentemente parece ser neutra, mas coloca em desvantagem por alguma razão grupos diferenciados.

A discriminação pode vir junto a um certo tipo de pré julgamento, onde se avalia que um determinado grupo é inferior ou menos capacitado por alguma razão sem fundamentação, que se designa por preconceito. Segundo o relatório da Unesco o preconceito é «um julgamento estabelecido na base de generalizações e de estereótipos negativos em vez de incidir sobre fatos reais ou sobre o comportamento particular de um indivíduo ou de um grupo»(UNESCO, 1995).

Dessa forma, trabalhar para acabar com qualquer tipo de discriminação se torna relevante, sendo fundamental refletir sobre as nossas ações e nossas práticas discursivas. Nesse caminho, a dissertação seguirá definindo o termo raça, racismo e xenofobia. A conceituação destes dois primeiros se faz necessário na medida que foi observado muitos textos nos jornais utilizando esses termos. Nesse caminho a pesquisa seguirá na discussão de conceitos que favoreceram obtenção de uma fundamentação que permita fornecer as origens do termo e as ideias que por traz delas influenciam tais atitudes.

Raça

Rosa Cabecinhas (2008) aponta que durante a antiguidade e a idade média o conceito de raça ainda não existia. Apesar de haver uma relação de dominação entre os grupos étnicos, tendo como justificativa a superioridade cultural de um povo sobre o outro, não havia a classificação dos indivíduos em raça. No entanto, os indivíduos caracterizados como diferentes, segundo essa mesma autora, eram denominados “monstros”.

O conceito de “raça” só aparece no século XIX com o aparecimento da Antropologia Física e da Etnologia como disciplina científica. Dessa forma, o termo fica sujeito aos estudos biológicos e evolucionistas apoiados na teoria de Darwin, onde se categorizava grupos com características físicas diferenciadas em raças (raça branca, raça negra...). Para tal, os cientistas investigavam a relação que as características físicas dos indivíduos tinham com a capacidade intelectual e profissional, caracterizando as “raças” e desenvolvendo uma relação hierárquica entre as mesmas.

Rosa Cabecinhas (2002) salienta que existiram dois grandes grupos de antropólogos físicos, o primeiro acreditava que as “raças” teriam origem em espécies diferentes, onde o branco descendia de animais considerados mais evoluídos e por isso possuíam maiores habilidades intelectuais. O segundo «convergiam na defesa de uma única origem para as diferentes raças» (2002, p.52) na qual se acreditava que o negro estaria em um estágio de

desenvolvimento em que o branco só passaria na infância. No século XIX, ⁸Paul Broca (1861) descreve que:

Na generalidade, o cérebro é maior nos homens do que nas mulheres, nos homens eminentes do que nos de talento mediocre, nas raças superiores do que nas inferiores. Como noutras coisas, existe uma relação notável entre o desenvolvimento da inteligência e o volume do cérebro (Broca, 1861; citado por Cabecinhas, 2002, p.54)

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais de Alain Birou (1982), o termo “raça” advém do indo-europeu *wrad*, que significa raiz, ramo. O autor distingue 2 domínios da palavra: do animal e da etnografia. No primeiro, o termo é conceituado como «uma espécie no interior do género»(1982, p. 345), ou seja, é utilizado pela Biologia para categorizar diferentes espécies de um tipo de animal, como por exemplo, a raça dos cachorros. Na etnografia a “raça” é «uma divisão da espécie humana que seria baseada em caracteres biológicos particulares e permanentes» (1982, p. 345), porém segundo o dicionário há imensa dificuldade de diferenciar características específicas que permitam dividir e qualificar a humanidade em raças bem delimitadas.

Depois da Segunda Guerra Mundial o termo foi contestado pela Sociologia e pela Antropologia Cultural, sendo retirado quase por completo do mundo científico. Nesse momento, a etnia ganha terreno, deixando as características biogenéticas sem relevância (Cabecinhas, 2002; Bader, 2008; Wieviorka, 2008). É importante salientar que para Veit-Michael Bader(2008), grupo racial e grupo étnico se diferenciam em sua definição, onde o (a) primeiro é conceituado como grupos socialmente construídos de acordo com as características físicas dos indivíduos; (b) o segundo é visto como grupos socialmente construídos com base no sentimento de pertença e nas características culturais das pessoas que as constituí.

Conforme estudos de Rosa Cabecinha (2002, 2008), as quatro Declarações (1950, 1951, 1964 e 1967) elaboradas pela Unesco foi um marco na transformação da visão científica sobre a raça e sobre a pluralidade cultural. Após intensas investigações sobre as questões raciais, a UNESCO afirma que todo ser humano pertence apenas a uma espécie e que precisamos chamar atenção para os mitos e os pensamentos embutidos no termo. Dessa forma, as quatro declarações, apontadas no início do parágrafo, recomendam a nível mundial que se abandone o uso do termo na academia e que se promova a defesa da diversidade cultural.

Como aponta Veit-Michael Bader (2008), a ciência moderna não acreditava na existência da raça. Para este mesmo autor, tais categorizações são construídas socialmente e influenciadas por práticas e ideologias racistas, na qual grupos de raças são formados através

⁸ Paul Broca formou-se em Medicina na Universidade de Paris, se tornou um dos investigadores pioneiros da antropologia física e foi fundador da sociedade antropológica em 1859.

de diferenças fisiológicas específicas (como cor de pele, tipo de cabelo, entre outros). Dessa forma, por ser uma construção social, o autor aponta que a “raça” desapareceria com a superação do racismo.

As raças existem apenas como resultado de processos, determinados socialmente na sua totalidade, de racificação em práticas e ideologias racistas, nas quais determinadas características, perceptíveis exteriormente, sobretudo a cor da pele, são utilizadas como critério de delimitação inclusiva, bem como exclusiva e de avaliação hierárquica de grupos (Bader, 2008, p. 94).

Para o autor essas diferenças fisiológicas, genéticas e anatómicas não influenciam a capacidade e o desempenho do indivíduo em qualquer situação. Essas só se tornam importantes no momento que a sociedade aponta como inferior ou superior uma “raça” sobre “outra”,

elas se tornam relevantes para a desigualdade através de uma avaliação colectiva específica em termos de prestígio. Esta avaliação de prestígio, a propalada inferioridade ou superioridade racial, explica-se exclusivamente a partir das assimetrias de poder entre grupos categorizados como racistas, portanto, a partir da repartição desigual do poder de disposição sobre outros recursos (Bader, 2008, p. 84)

Racismo

O uso do termo “racismo” surgiu na França entre as duas guerras mundiais, ganhando força após o holocausto, porém as atitudes racistas, como nos aponta Rosa Cabecinhas(2002), emergiu na Europa, muito antes, paralelamente ao colonialismo (em meados do século XVIII), onde os discursos biogenéticos justificavam a escravidão e a dominação dos países colonizados. Para essa mesma autora, o “racismo” designa «uma, doutrina, ideologia ou conjunto de crenças, ou num sentido mais lato, envolvendo também preconceitos e os comportamentos discriminatórios»(Rosa Cabecinhas, 2002, p. 43)

O Dicionário das Ciências Sociais determina o racismo como «simultaneamente uma teoria e uma prática fundada na crença da superioridade de uma raça» (Birou, 1982, p. 347). Segundo este sociólogo, o racismo se baseia em ideias sem fundamentação científica, onde uma raça superior é vista como pura e com mais qualificações que as outras. As atitudes racistas impedem o acesso das denominadas “raças inferiores” a determinadas posições sociais.

Para Veit-Michael Bader(2008), no entanto, as práticas racistas são definidas como «estruturas, processos e acções sociais nos quais e através dos quais grupos socialmente definidos são de fato privilegiados ou desfavorecidos em interacção directa, em organizações e ao nível social, com base em critérios fisiológicos específicos»(Bader, 2008, p. 95). Com definições bastante similares, a Unesco vê o racismo como uma «negação dos direitos do

homem fundamentada na raça, justificada pela afirmação segundo a qual certos grupos raciais seriam superiores a outros» (UNESCO, 1995, p. 20).

Dessa forma, pode-se notar que o conceito de “racismo” está intimamente relacionado ao desfavorecimento e com a relação de inferioridade e superioridade de um grupo para outro. As diferenças fisiológicas específicas justificavam a discriminação, a violência e a dominação que por muitas vezes são aceitos e legitimados pelos grupos dominados. Nesse sentido, a prática racista se direciona a atitudes que excluem, discriminam e desfavoreçam indivíduos tendo como justificativa as suas características físicas.

Como já foi discutido anteriormente, o surgimento da Antropologia Cultural e da Sociologia como disciplinas científicas fez com que conceito de raça fosse derrubado através de estudos que comprovaram a não existência de diferentes “raças humanas”. Nesse sentido, passou-se a defender que a cultura é construída e reconstruída socialmente, não havendo posições de superioridade ou inferioridade entre as mesmas, originando lutas pela tolerância étnica e cultural (motivação crescente do movimento negro nos EUA, na década de 70 e o fim da colonização africana, na década de 50 e 60).

Sendo assim, depois da Segunda Guerra Mundial se acreditou que não existiria mais o racismo e as ideologias que justificaram o genocídio de milhões de pessoas inocentes em nome da “raça pura”. Na década de 70 ressurge, o que Cabecinhas, 2002; Bader, 2008; Wieviorka, 2008, denominam de “novo racismo” (new racism) ou “racismo cultural”. Para Veit-Michael Bader (2008), o termo não tem relação com as teorias biogenéticas desenvolvido no século XIX, sendo assim, a justificação para a exclusão e discriminação não se encontra mais na suposta superioridade ou inferioridade de um grupo para outro mas por tornar diversificado culturalmente países ditos homogêneos.

Segundo Michel Wieviorka(2008), esse novo racismo, que se desenvolveu na segunda metade do século XX, justifica a exclusão a partir da afirmação de que os grupos fisicamente e culturalmente diferentes não terem capacidades de se adaptar aos valores e as regras do grupo dominante. O autor explicita que «nos anos oitenta e noventa, no momento em que a Europa redescobre o racismo, este é entendido sobretudo como um fenómeno ideológico-político, eventualmente capitalizado por forças de extrema-direita então nascente ou renascente»(Wieviorka, 2008, p. 254)

O novo racismo é institucional, ou seja, ela está dentro de um sistema, onde apesar dos indivíduos não se auto-denominarem racistas, as discriminação e a exclusão ainda persistem por muitas vezes inconscientemente. Nesse momento, ser racista é algo inaceitável e passível de punição, fazendo com que muitos não ousem se auto declarar racista (Wieviorka, 2008). Na década de 80 a Unesco lança a Declaração Universal da Humanidade onde foi

exposto que todos são iguais em direitos e deveres não importando a cor, a etnia, a classe, o sexo entre outros, ficando evidente a luta pelo fim do racismo, entretanto, a discriminação na segunda metade do século XX aparece camuflada, escondendo a discriminação embutidas nas atitudes e comportamentos de cariz racista.

Cabecinhas salienta que «como o argumento da desigualdade e da hierarquização racial é actualmente contra-normativo, enfatizam-se as diferenças culturais. Assim, já não se detestam os árabes pela sua cor morena, mas por serem “fanáticos religiosos” ou por “tratarem mal as mulheres” ou porque o Islão é uma “cultura retrógrada”» (2002, p. 62)

Xenofobia

O Dicionário das Ciências Sociais de Alain Birou interpreta a xenofobia como « temor, medo e ao mesmo tempo num certo ódio em relação ao estrangeiro. Manifesta-se através de uma desconfiança, desprezo, hostilidade, preconceitos e estereótipos depreciativos, numa recusa de troca, numa vontade de ignorar os estrangeiros, considerados diferentes, «estranhos» e inimigos»(1982, p. 427). Segundo o dicionário, o termo vem do grego xénos que quer dizer estrangeiro e phóbos que significa medo.

A xenofobia é alimentada pelo etnocentrismo ou pelo espírito nacionalista. Não sendo normalmente fundamentada, é uma prova de altivez nacional, de «chauvinismo», de particularismo. A ausência de comunicações humanas, o ensinamento (automorfismo), a distância social e cultural, criam dificuldades de compreensão. Daí resulta uma predisposição para a hostilidade, uma tendência a ver em qualquer circunstância uma agressão por parte dos estrangeiros e uma ocasião para conflitos violentos (Birou, 1982, p. 427).

Com percepções bastantes similares, Rosa Cabecinhas concebe a Xenofobia como aversão ou hostilidade manifestada a pessoas ou coisas estrangeiras» (2002, p. 42). Esta rejeição ao estrangeiro ou a tudo que não é nacional, segundo a autora, vem de um nacionalismo exacerbado que se consolidou na segunda metade do século XX com a reafirmação e a resistência das minorias. Para a Unesco o termo significa «medo e aversão dos estrangeiros e daqueles que pertencem a outras culturas; crença segundo a qual «os do exterior» trarão prejuízo à sociedade» (UNESCO, 1995, p. 20)

Assim como foi observado, Rosa Cabecinhas e Alain Birou mencionam que as atitudes xenofóbicas são alimentadas pelo sentimento nacionalista que é definido por esse último como «uma corrente de pensamento, de opinião, ideologia que tende a exaltar a nação, o seu passado, as suas qualidades, as suas ambições e com menosprezo por vezes de outras nações»

(Birou, 1982, p. 272). Eric Hobsbawm (1998) afirma que o nacionalismo teve seu apogeu no período de 1918 e 1950, onde a crise desencadeada pela Primeira Guerra Mundial provocou um fortalecimento da economia nacional autónoma. O referido autor disserta que:

O nacionalismo interno podia igualmente traduzir-se – como na França, na Itália e na Alemanha – na ascensão de movimentos de extrema-direita, para os quais o termo nacionalismo tinha, de facto, sido forjado neste período, ou, de uma modo mais geral, na xenofobia política, que encontrou a sua expressão mais deplorável, mas não a única, no anti-semitismo (Hobsbawm, 1998).

O nacionalismo nos últimos anos do século XX teve uma decadência com o fortalecimento da cultura em relação a cultura nacional e com o enfraquecimento do Estado com relação as políticas internacionais. Dessa forma, como afirma Hobsbawm (1998), a nação não deixa de existir, mas perde a sua relevância social e política. Nesse momento, o comunitarismo e a religião retornam se reafirmando e lutando pelo seu reconhecimento.

Para Alain Touraine(1997) a defesa pela unidade cultural tanto no comunitarismo como no nacionalismo exacerbado é o que dá origem a rejeição ao estrangeiro. O autor expõe que «por toda parte onde se procurou constituir culturas homogêneas, cuja pureza seria garantida por um controlo político escrito e pela eliminação das minorias consideradas errantes, o sangue correu» (Touraine, 1997, p. 221). Dessa forma, este defende que a «ruptura da unidade» é fundamental na sociedade, devendo haver um equilíbrio entre a defesa do que é comunitário com a abertura para com o diferente.

Dessa maneira, fica aqui compreendido que a Xenofobia é o medo de tudo que não é nacional, excluindo e discriminando os estrangeiros e toda uma dada cultura. Este último é considerado como uma ameaça a cultura, a paz e a organização social do país, ocasionando atitudes de violência e de discriminação aos imigrantes. Um estudo sobre a discriminação dos imigrantes em Portugal, realizado por Lages e Policarpo(2002), salienta que a maior parte dos portugueses são contra a entrada de imigrantes no país, onde 74% não concorda com a vinda de imigrantes da África, 71,7% do Brasil e 73,4% do Leste Europeu. Tais justificações estão associadas a estereótipos na qual

os africanos são associados a violência (62,5%), ao tráfico de droga (47,9%), à SIDA (40,7%) e a problemas e conflitos em geral (39,6%), já os imigrantes brasileiros surgem associados à prostituição (56,8%) e os de Leste às máfias (52,4%). Estes imigrantes de Leste surgem, também, associados à violência (43,7%), à prostituição (38,7%) e a problemas e conflitos em geral (31,6%)(Lages & Policarpo, 2002)

Com relação às atitudes dos portugueses em relação a população cigana, uma pesquisa do Instituto de Ciências Sociais, citada por António Martins, mostra que 20,1% da população defende que os ciganos devem ser expulsos do país, por acreditar que estes só

causam problemas. Estes são relacionados a pessoas que não trabalham, sendo inúteis e perturbadores (Perotti, 1997).

PARTE 2 – ANÁLISE DOS DADOS

Nesta segunda parte da dissertação será abordado os aspectos práticos e metodológico da investigação, bem como, as análises e as intepreções dos resultados. Nesse sentido, começamos descrevendo os metodos e estratégias utilizadas para a pesquisa e logo a seguir apresentação dos resultados.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

O capítulo III tem como principal objetivo descrever a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da investigação. Ressalta-se que pesquisa em questão se baseou nas estratégias da pesquisa qualitativa, mas precisamente, da Análise Critica do Discurso fundamentada por Norman Fairclough, onde reservei um subitem no capítulo para dissertar com maior profundidade sobre o método citado.

Nesse caminho, começo o capítulo dissertando sobre os procedimentos metodológicos, onde será discutido os métodos utilizados para analisar os dados, os procedimentos da análise. Em uma segunda parte deste capítulo será abordado a forma com realizado a recolha, o tratamento e a análise dos dados.

3.1.Procedimentos Metodológicos

3.1.1.Metodologia qualitativa

A pesquisa qualitativa começou a ser utilizada no século XIX nos Estados Unidos, onde os investigadores a partir deste método (principalmente através da observação participativa) buscavam encontrar respostas para a degradação da vida nas grandes metrópoles. A pobreza, violência, fome e as péssimas condições sanitárias eram os principais problemas que instigaram os pesquisadores. Porém, foi com a antropologia e a sociologia que tal estratégia ganhou força no século XX, sendo utilizada na educação somente nos finais dos anos sessenta (Bogdan & Biklen, 1994).

O método qualitativo possui diversas técnicas para ser colocado em prática, podendo ser conduzida em contextos diversos. Exemplos de instrumentos e processos da análise qualitativa são as pesquisas etnográficas, as observações participadas, entrevistas, análises documentais entre outros.

Segundo Hermano Carmo e Manuela Ferreira (1998), a metodologia qualitativa possui três características principais, esta é: indutiva, holística e naturalista. A primeira se refere a forma indutiva que os investigadores realizam a pesquisa, dessa forma, «desenvolvem

conceitos e chegam a compreensão dos fenômenos a partir de padrões provenientes da recolha de dados (...) A teoria é desenvolvida de baixo para cima tendo como base os dados que obtiveram e estão inter-relacionados» (Carmo & Ferreira, 1998, p. 179).

A segunda característica do método qualitativo se prende a visão holística dos pesquisadores sobre a realidade, dessa maneira, o sujeito estudado é visto globalmente, sendo valorizado seu contexto histórico, social e cultural. A terceira e última característica aponta a forma naturalista do investigador recolher e analisar os dados, pois na investigação qualitativa o pesquisador colhe os dados em seu ambiente natural, tendo contato direto com o sujeito ou com a fonte do material que irá ser analisado. Dessa forma, «privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação (...) Recolhem normalmente os dados através de um contato aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais» (Bogdan & Biklen, 1994, p. 16).

A pesquisa qualitativa difere da pesquisa quantitativa na medida em que esta última trabalha com instrumentos quantitativos, obtendo resultados (quantificáveis) assumidos como fiáveis, sólidos e repetíveis através de uma medição rigorosa e controlada para obter dados mais confiáveis, onde não é necessária proximidade com o sujeito investigado (Carmo & Ferreira, 1998).

3.1.2. Análise Crítica do Discurso: teoria e prática

A investigação sobre o discurso do Jornal de Notícias e do Correio da Manhã, objeto de pesquisa nesta investigação, recorreu a um modelo teórico e metodológico denominado “Análise Crítica do Discurso” (ACD), estudado e aprimorado por Norman Fairclough. Segundo Viviane Resende e Viviane Ramalho (2010), esta metodologia situa-se «entre a linguística e a Ciência Social Crítica (...), procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais» (2010, p. 185). Sendo assim, as análises se movimentam entre o discurso linguístico e as relações de poder.

Um dos principais objetivos da ACD é, «por meio da investigação entre discurso e prática social, desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas» (idem, p. 186). Dessa forma, como ressalta João Junior e Cleide Pedrosa (2007), a ACD se preocupa em investigar as relações de poder, discriminação e controle que se manifestam através da linguagem, sendo uma metodologia que ajuda a responder as questões da investigação pretendida neste trabalho.

Em 1992, Fairclough desenvolve o Modelo Tridimensional da Análise Crítica do Discurso, onde divide o discurso em três dimensões: texto, prática discursiva e prática social. Segundo Viviane Resende e Viviane Ramalho (2010) a análise do texto se realiza com categorias que examinam o vocabulário (neologismos, lexicalizações, relação entre palavra e sentido), a coesão (ligações entre as frases) e a estrutura textual (organização do texto).

A prática discursiva está relacionada com a produção, distribuição e consumo do texto, onde se analisa as categorias como “força” (tipos de fala), “coerência” (as conexões e seu apoio em pressuposto ideológicos) e “intertextualidade” (relação entre o texto e outros textos). A prática social, estando relacionada com aspectos ideológicos e hegemônicos podem obter para categorização o sentido das palavras, as pressuposições, as metáforas e o estilo (quando se refere ao primeiro aspecto), além das orientações económicas, políticas, ideológicas e culturais (quando se refere ao aspecto hegemónico).

Dessa forma, a ACD se baseia neste modelo tridimensional do discurso, buscando na linguagem formas de reprodução e manutenção de poder. Segundo Fairclough (2001), o discurso é uma prática social, podendo esta reproduzir e constituir sistemas de crenças e ideologias. Sendo assim, o contexto social, histórico e cultural é fundamental para compreender as formas de produção, consumo e interpretação dos textos.

3.1.3.Procedimentos

Para a análise do discurso buscou-se investigar dois jornais portugueses: Jornal de Noticias e o Correio da Manhã. Para tal, prossegui a investigação organizando-a em três fases:

- Primeira fase: neste momento recolhi literaturas adequadas que pudessem fundamentar teoricamente a pesquisa e assim compreender através dessas teorias os discursos dos jornais. Sendo assim, foi realizado uma síntese sobre as principais discussões e conceitos construídos sobre o assunto.
- Segunda Fase: nesta fase foi realizada a recolha e a organização dos dados. Sendo assim, recolhi através dos sites dos jornais escolhidos reportagens datados do ano de 2007 a 2010 que tivessem como o tema a imigração brasileira em Portugal. Depois foi retirado dessas notícias as categorias e subcategorias para poder fazer o tratamento e a análise.
- Terceira fase: neste momento foi realizado o tratamento dos dados, a análise a luz da teoria e a conclusão.

3.2. Técnica de recolha, tratamento e análise dos dados

3.2.1. Recolha dos dados

Os dados da investigação foram recolhidos nos sites do Jornal de Notícias e do Correio da Manhã entre os anos 2007 e 2010. Ressalta-se que para a realização da pesquisa foi utilizada apenas uma palavra-chave: imigrante brasileiro. Ao realizar a procura foram encontrados no site do Jornal de Notícias 240 reportagens contendo notícias sobre imigrantes brasileiros no EUA, na Europa e na América Latina. Selecionei, apenas os artigos que retratava o imigrante brasileiro em Portugal, ficando apenas 75 reportagens. No Correio da Manhã foram encontradas 233 reportagens na qual foram selecionados apenas 109 artigos do referido jornal, restando ao todo 184 reportagens.

A análise dos dados foi realizada com o universo do material encontrado, ou seja, com todas as reportagens que retratavam o imigrante brasileiro em território português. Segundo Almeida e Freire (2007), o universo «diz respeito a todos os sujeitos, fenómenos ou observações passíveis de serem reunidas como obedecendo a determinada característica» (p. 113). Para trabalhar de forma confiável com o universo, Manuel Hill e Andrew Hill (2005) ressaltam que é preciso ter uma população com o número inferior a 500, pois investigar um público-alvo com um número maior do que este citado torna-se arriscado pelo tempo e pelas estratégias que consigam dar conta da população. Nesta investigação obtive um número total de 184 reportagens, o que possibilitou trabalhar com o universo.

A palavra-chave “imigrante brasileiro” foi escolhida na medida em que para alcançar os objetivos era necessário que fizesse uma análise das reportagens onde o imigrante o brasileiro fosse referenciado. Sendo assim, busquei todas as reportagens que de alguma forma o imigrante brasileiro estivesse retratado na notícia. A ideia era analisar a que tipo de notícia e como esse público é representado nestes dois meios de mídia impressa. Cabe ressaltar, que todas as notícias recolhidas estavam digitalizadas e acessíveis nos sites www.jn.pt e www.cmjornal.xl.pt.

3.2.2. Tratamento e análise dos dados

O tratamento dos dados foi realizado com ajuda de um programa de pesquisa qualitativa, desenvolvido pela Universidade Aveiro, chamado “Webqda”. Tal programa possibilitou uma codificação das reportagens e a obtenção de resultados mais seguros. Com

ajuda do programa foi realizado a categorização, a codificação e o cruzamento dos dados, além de fornecer tabelas com os resultados.

O tratamento dos dados iniciou com o desenvolvimento de categorias, que segundo Robert Bogdan e Sari Biklen (1994), são formas de organizar e classificar os dados recolhidos, ou seja:

A medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos. O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidade e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões (p.124).

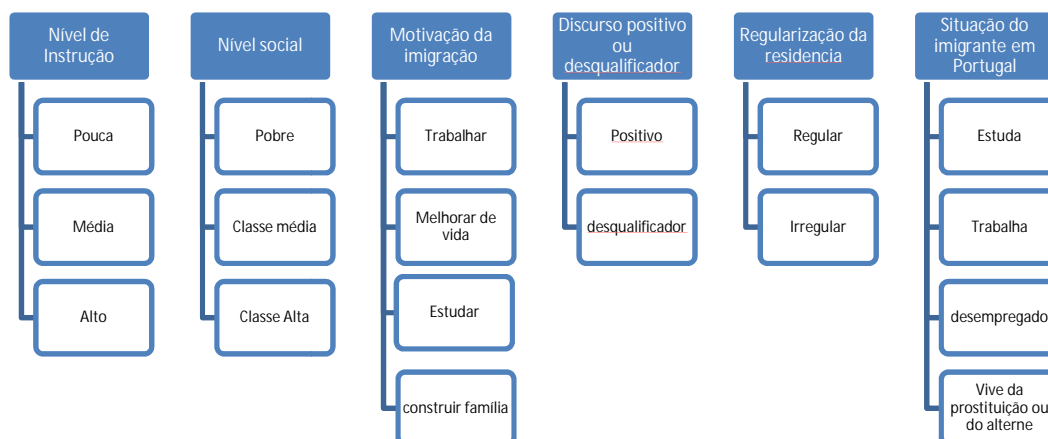
Dessa forma, foram criadas as categorias com base na leitura das reportagens e nos objetivos da investigação. Assim sendo, o trabalho resultou em 4 categorias e subcategorias, estando cada uma destas relacionadas a um objetivo. As categorias e subcategorias são:

- Categoria 1: a primeira categoria é a “identidade”, possuindo 6 subcategorias que são : nível social, nível de instrução, motivação da imigração, discurso positivo ou desqualificador, regularização da residência e situação do imigrante brasileiro em Portugal. Cabe ressaltar que as subcategorias foram, também, subdividas, podendo ser visualizadas na segunda figura abaixo.

CATEGORIA 1



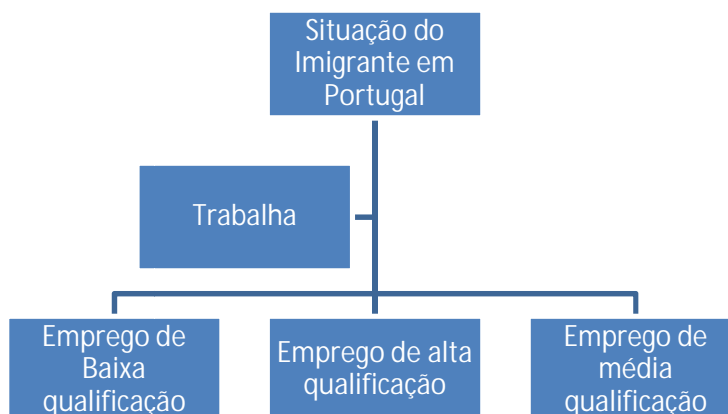
SUBDIVISÃO DA CATEGORIA 1



Dessa forma, pode-se observar que a subcategoria nível de instrução foi subdividida em pouca instrução, média instrução e alta instrução; o nível social em pobre, classe média e rico; a motivação da imigração em trabalhar, melhorar de vida, estudar e construir família; o discurso positivo ou desqualificador em positivo e desqualificador, a regularização da residência em regular e irregular; e por fim, a situação do imigrante brasileiro em Portugal em estuda, trabalhar, desempregado e vive da prostituição ou do alterne.

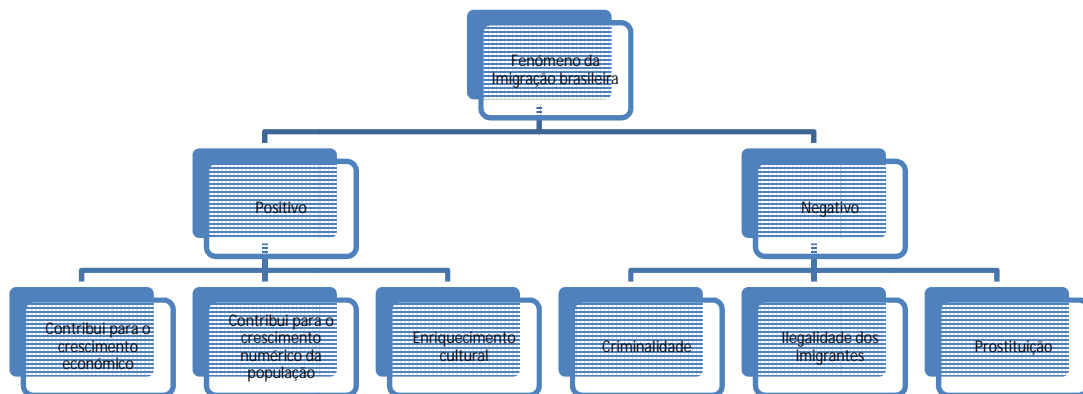
Cabe ressaltar que a subcategoria “trabalha” (inserido na subcategoria situação do brasileiro em Portugal) ainda possui 3 ramificações: emprego de baixa qualificação, emprego de alta qualificação e emprego de média qualificação.

TERCEIRA SUBDIVISÃO DA CATEGORIA 1



- Categoria 2: a segunda categoria é o “fenômeno da imigração brasileira”. Esta obtém duas subcategorias: positivo e negativo. A subcategoria “positivo” está ramificada em “contribui para o crescimento económico”, “contribui para o crescimento numérico da população” e “enriquecimento cultural”. A prostituição, como é apresentado na segunda figura abaixo, é dividida entre prostituição através da exploração sexual e como forma de trabalho.

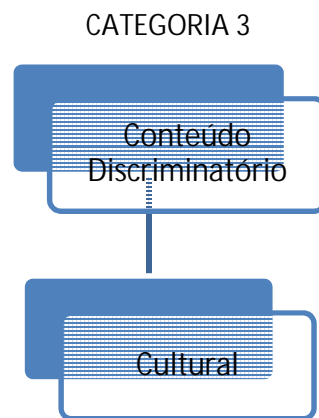
CATEGORIA 2



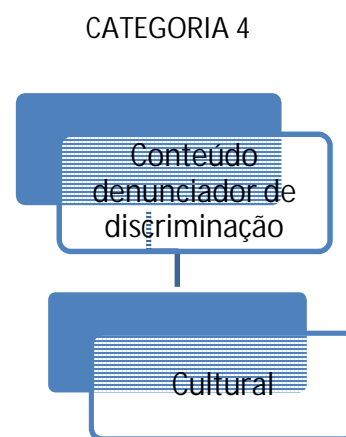
SUBDIVISÃO DA CATEGORIA 2



- Categoria 3: a terceira categoria criada é o conteúdo de discriminação cultural



- Categoria 4: a quarta categoria é o "conteúdo denunciador de discriminação cultural".



As categorias construídas serviram de códigos para classificar as reportagens lidas e assim obter os dados sobre a imagem do imigrante brasileiros nos jornais já referenciados. A esta prática se denomina "codificação", onde segundo Robert Bogdan e Sari Biklen (1994), seria a classificação do objeto de estudo em categorias. Dessa forma, foram selecionadas palavras e frases dos textos jornalísticos onde se evidenciasse as características apontadas pelas categorias.

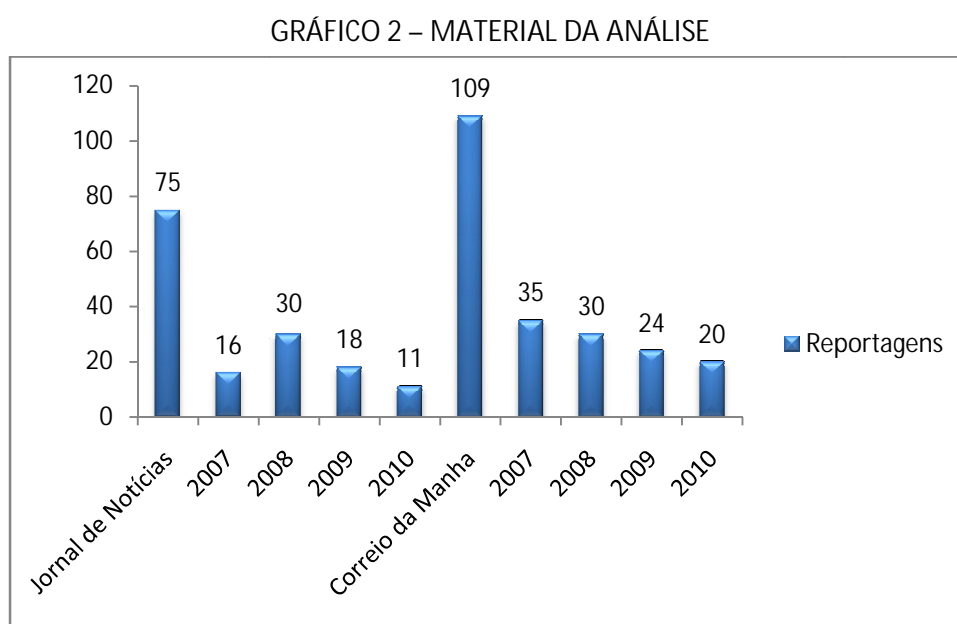
O cruzamento dos dados foi realizado de acordo com objetivos que pretendíamos alcançar. Dessa forma, com base no primeiro objetivo foi cruzado todas as subcategorias da categoria 1 (identidade). No que se refere ao segundo objetivo foi relacionado os dados da categoria 1 (identidade) com as subcategorias da categoria 2 (Fenómeno da Imigração

brasileira), para que assim, pudéssemos observar se a imagem da imigração estava associada a uma imagem positiva ou negativa do imigrante. Com relação a categoria 3 (discurso discriminatório) e a categoria 4 (discurso denunciador de discriminação), não foi feito cruzamentos pelo fato de poucas reportagens terem sido codificadas nestas categorias, o que não daria, já de início, resultados relevantes para a dissertação.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado os resultados e as análises da investigação, que como já foi mencionado na introdução tem por objetivo analisar como os imigrantes brasileiros e a imigração brasileira é vista na mídia. O trabalho foi realizado com o Jornal de Notícias e com Correio da Manhã, somando juntos 184 reportagens, sendo que o segundo foi o que mais retratou o brasileiro (nos quatro anos selecionados) obtendo cento e nove artigos, enquanto do primeiro foram recolhidos apenas setenta e cinco.

O gráfico apresentado a seguir demonstra o número de textos retirados da internet para a pesquisa, onde se pode notar uma diminuição de 5 reportagens por ano no Correio da Manhã e uma variação de dezesseis, trinta, dezoito e onze no Jornal de Notícias, tendo no ano de 2008 o maior número de textos relacionados, somando 30 reportagens.



Nesta parte da dissertação, no entanto, segue-se demonstrando e analisando os resultados obtidos através da investigação com material descrito a cima. É fundamental mencionar que os cruzamentos dos dados – que foram feitos para melhor evidenciar e analisar os dados – se encontram no Anexo 1. Neste último está desenvolvido as justificativas e os quadros com resultados. Dessa forma, só será aqui citado os resultados gerais e os cruzamentos que foram significativos e contribuíram para responder os objetivos.

4.1. O perfil do Imigrante brasileiro no Correio da Manhã e no Jornal de Notícias

Neste primeiro item do capítulo IV abordo os resultados e as análises referentes ao primeiro objetivo da investigação, que é analisar o perfil do imigrante brasileiro na mídia impressa. Nesse caminho, tratarei apenas da primeira categoria: identidade. Cabe ressaltar que esta teve por finalidade traçar o perfil do imigrante brasileiro nos artigos dos jornais já referenciados, a fim de analisar se há algum tipo de estereótipo reproduzido ou construído nas notícias a cerca do imigrante brasileiro em Portugal. Dentro desta categoria foi desenvolvido seis subcategorias: nível social, nível de instrução, motivação da imigração, discurso positivo e desqualificador, regularização da residência e situação do imigrante brasileiro em Portugal.

4.1.1. Apresentando resultados gerais

Nesta primeira parte tratarei dos dados de forma geral, apresentando as categorias e os resultados, e por vezes já realizando algumas análises. Nesse caminho, apresento os objetivos de cada subcategoria e os dados obtidos.

4.1.1.1. Nível de Instrução

A subcategoria “nível de instrução” trazia como objetivo traçar o grau de escolaridade (alto, médio ou baixo) do imigrante brasileiro retratado na notícia. Nesse caminho, verificou-se que os artigos do Jornal de Notícias (JN) e no Correio da Manhã (CM) retratam, em sua maioria, o imigrante brasileiro de baixo e médio nível de instrução. A seguir pode-se verificar uma tabela com os resultados da codificação da categoria em questão.

Quadro 1: Nível de Instrução

	Baixo	Médio	Alto
Jornal de Notícias	3	2	-
Correio da Manhã	2	2	2

Cabe ressaltar que foi codificado como baixo nível de instrução para aqueles imigrantes que não tinham o ensino médio (secundário em Portugal) completo; para o nível médio foram categorizados aqueles que tinham concluído todo o segmento escolar ou algum curso técnico ou especialização (como cabeleireiro); e alto nível de instrução para aqueles que tinham finalizado ou estavam em via de finalizar um curso de nível superior. Algumas reportagens não relatavam diretamente o grau de escolaridade porém afirmavam, por exemplo, que o imigrante em questão detinha baixo, médio ou alto nível de formação, sendo codificados cada um destes em suas respectivas categorias.

Em relação ao baixo nível de instrução dos imigrantes brasileiros podemos exemplificar com algumas frases retiradas dos artigos dos jornais:

Nascida no nordestino Piauí e criada apenas por uma irmã, em São Paulo, Maria trabalhava como ama. Aos 20 anos, numa das viagens em que acompanhou a patroa a Portugal, despediu--se dela e guardou a recomendação. Era tempo de guardar papéis encontrados no chão português. 'Tinha estudado pouco e só pensava em trabalhar para sobreviver (Correio da Manhã, 28 de Setembro de 2008).

O nível médio de instrução também pode ser exemplificado em algumas partes dos textos retirados para a categorização:

Nos fluxos mais recentes houve um aumento dos jovens de média e baixa qualificação dispostos a se dedicarem a serviços mal remunerados e desvinculados da sua preparação profissional", lê-se no documento (Jornal de Notícias, 3 de Julho de 2007)

As duas únicas referências ao imigrante brasileiro com um alto grau de instrução se encontram nos artigos do Correio da Manhã:

Zeldi tem 48 anos e quatro filhos no Brasil. É natural de São Paulo e veio para Portugal fazer mestrado em Linguística, disse no dia da detenção (Correio da Manhã, 21 de Dezembro de 2008)

4.1.1.2. Nível social

O "nível social" tem por finalidade apresentar as condições financeiras (pobre, rico ou classe média) do imigrante brasileiro representado nos artigos. Dessa maneira, pode-se observar que a maior parte dos artigos retratam o imigrante brasileiro pobre, obtendo sete categorizações no Correio da Manhã (CM) e oito no Jornal de Notícias (JN). Com referência aos imigrantes de classe média apenas o CM representou obtendo uma codificação. Ressalta-se que não houve qualquer jornal que apresenta-se tais estrangeiros com alta renda, não sendo representado na tabela abaixo.

Quadro 2: Nível Social

	Pobre	Classe Média
Jornal de Notícias	8	-
Correio da Manhã	7	1

O nível social dos imigrantes foi codificado obtendo como parâmetro o ⁹limiar de pobreza em Portugal. Dessa forma, os artigos que apresentavam a renda do imigrante brasileiro sem classificar o indivíduo entre pobre, classe média ou classe alta foi categorizado de acordo com o limiar de pobreza em Portugal, que girava em torno dos 400 euros por mês nos quatro anos trabalhados nesta investigação (Instituto Nacional de Estatística, 2010).

Neste caminho, demonstro um exemplo da categorização do imigrante brasileiro pobre:

Não estava trabalhando, não tinha dinheiro nem para comprar leite. Fiquei sozinha, clandestina e desempregada. A imigrante brasileira Aidida Porto Rui, mãe biológica de Esmeralda Porto, explicou assim ao CM por que entregou a criança, através de uma amiga, a Luís Gomes e Maria Adelina Lagarto (Correio da Manhã, 18 de Janeiro de 2007).

4.1.1.3. Motivação da Imigração

A finalidade da subcategoria “motivação da imigração” se baseia em traçar a imagem que o jornal apresenta sobre os motivos da imigração brasileira para Portugal, podendo ser: trabalho, estudo, busca por melhores condições de vida ou construção de família. Nesse caminho, foi verificado que a maior parte dos artigos dos jornais apresentam o imigrante brasileiro em busca de melhores condições de vida em Portugal, obtendo nove codificações no JN e oito no CM.

Quanto ao “trabalho” houve quatro categorizações no JN e nenhuma no CM. Cabe ressaltar que a subcategoria “construir família” foi retirada da tabela abaixo por não haver notícias que retratassem o imigrante brasileiro vindo para Portugal para constituir família.

⁹ Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o limiar de pobreza tem como objetivo traçar uma linha (parâmetro) em que se possa avaliar a pobreza de um país. Tal parâmetro é calculado tirando 60% da mediana do rendimento anual da comunidade em questão.

Quadro 3: Motivação da Imigração

	Estudar	Melhores Condições de Vida	Trabalhar
Jornal de Notícias	-	9	4
Correio da Manhã	1	8	-

A única codificação que representa o brasileiro que imigrou para estudar em Portugal pode ser verificada na frase retirada do artigo exposto a seguir:

Zeldi tem 48 anos e quatro filhos no Brasil. É natural de São Paulo e veio para Portugal fazer mestrado em Linguística, disse no dia da detenção (Correio da Manhã, 21 de Dezembro de 2008).

A categoria “melhores condições de vida” foi a que teve maior número de codificações podendo ser exemplificadas:

Vim para Portugal procurar um futuro melhor para a minha família. Tive uma boa recepção e integração em Portugal (Correio da Manhã, 3 de Agosto de 2009)

As únicas codificações que representam o trabalho como motivação da imigração brasileira estão no Jornal de Notícias, podendo ser exemplificado com o trecho de um dos artigos:

A imigrante contou ao tribunal ter vindo do Brasil para Portugal "para trabalhar" tendo recorrido à advogada Elisabete Chaves - após uma rusga num bar de alterne onde trabalhava - para conseguir legalizar a sua situação em Portugal (Jornal de Notícias, 4 de Setembro de 2008)

4.1.1.4. Discurso positivo ou desqualificador

O objetivo da subcategoria “discurso positivo e desqualificador” é analisar os discursos dos Jornais que qualificam e desqualificam o imigrante brasileiro em Portugal. A afirmação, por exemplo, de que o brasileiro é simpático pode ser identificada como discurso positivo. Dessa maneira, foi observado que a maior parte dos jornais apresentam discurso positivo em relação ao imigrante brasileiro, obtendo oito codificações no JN e quatro no CM. Em relação ao discurso desqualificador foram categorizadas duas no JN e uma no CM.

Quadro 4: Discurso Positivo ou Desqualificador

	Discurso Positivo	Discurso Desqualificador
Jornal de Notícias	8	2
Correio da Manhã	4	1

Nos discursos positivos, a maior parte dos artigos que foram codificados nesta categoria, representam o imigrante brasileiro como simpático, trabalhador, alegre e otimista:

A comunidade brasileira é trabalhadora e contribui em vários sectores de actividade. Mas é muito grande e, como em qualquer comunidade grande, tem marginais (Correio da Manhã, 9 de Agosto de 2008).

Os discursos desqualificadores estão associados principalmente a questão do interesse para obter a nacionalidade, da criminalidade e da prostituição, podendo ser observadas em alguns exemplos:

Somos brasileiros! Abre a caixa!? O sotaque mal disfarçado e os capuzes das camisolas fechados sobre a cabeça não esconderam a identidade dos assaltantes. Os três adolescentes que roubaram um minimercado em Albufeira sob a ameaça de duas grandes facas de cozinha voltaram ao local do crime três dias depois e levantaram suspeitas. Foram detidos nessa mesma noite (Correio da Manhã, 6 de Dezembro de 2007).

4.1.1.5. Regularização da residência

A finalidade da subcategoria “regularização da residência” é analisar se o imigrante brasileiro é representado nos textos jornalísticos como imigrantes irregulares ou regulares no país. Tal subcategoria foi construída pelo fato de diversas reportagens retratarem a situação da residência do imigrante brasileiro.

Os dados demonstram que os jornais, em sua maioria, retrataram o imigrante brasileiro em situação irregular, sendo este categorizado vinte e sete vezes no JN e quarenta e nove no CM. Pode-se perceber que esta subcategoria é a que mais obteve codificações dentro da primeira categoria, sendo uma das questões mais representada e discutida em relação aos brasileiros nos jornais.

Quadro 5: Regularização da Residência

	Regular	Irregular	Em vias de se regularizar
Jornal de Notícias	11	27	1
Correio da Manhã	13	49	-

Os imigrantes regulares são representados diversas vezes na mídia impressa mas não ultrapassa o número dos ilegais, podendo ser exemplificado no trecho a seguir:

Segundo o estudo, que visa aprofundar o conhecimento sobre a maior comunidade de imigrantes no país e ao qual a Lusa teve acesso, entre 1986 e 2003, o número de imigrantes brasileiros regulares cresceu quase nove vezes, passando de 7.470 para 64.295 (Jornal de Notícias, 3 de Julho de 2007)

A irregularidade mostrou ser a subcategoria que obteve maior número de codificações, mostrando que 36% das reportagens do Jornal de Notícias e 45% dos artigos do Correio Manhã retratam o imigrante brasileiro em situação irregular:

A maior parte dos imigrantes ilegais detectados - 7,36 por cento do total de estrangeiros identificados proveio do Brasil, seguindo-se Cabo Verde, Guiné-Bissau, Ucrânia, Angola e Índia (Jornal de Notícias, 26 de Março de 2009)

A única codificação que pôde ser realizada em relação a subcategoria “em vias de se regularizar” está no artigo do JN:

Wellington Nazaré (o detido internado) com o primo, Rodrigo, e por ali aparecia também Nilton Souza. Wellington estava em Portugal há 15 meses e em vias de se legalizar (Jornal de Notícias, 10 de Agosto de 2008)

4.1.1.6. Situação do Imigrante brasileiro em Portugal

A “situação do imigrante brasileiro em Portugal” busca perceber a imagem que os jornais passam sobre a forma com que os brasileiros vivem em Portugal, podendo ser através do estudo, do trabalho (de baixa, alta e média qualificação), se encontra desempregado ou vive da prostituição e do alterne.

Os resultados evidenciam que a imagem que se tem nos jornais é que a maior parte dos brasileiros estão inseridos em emprego de baixa qualificação, é desempregado ou vive do alterne e da prostituição, sendo categorizado respectivamente no JN com oito, sete e duas reportagens e no CM com dezesseis, oito e dezoito textos.

Quadro 6: Situação do Imigrante Brasileiro em Portugal

	Estuda	Emprego de baixa qualificação	Emprego de média qualificação	Desempregado	Vive do alterne ou da prostituição
JN	1	9	-	7	2
CM	-	16	2	8	18

A categoria “estuda” na situação do imigrante brasileiro em Portugal só obteve uma categorização, onde se representa um jovem que veio para Portugal com a família para melhorar de vida e frequentava a escola até o dia em que faleceu no meio da noite com problemas no coração, podendo ser vista no trecho:

Há cinco anos, Lucas trocou a cidade de Nova Friburgo, na franja Norte do estado do Rio de Janeiro, por Castelo de Neiva, em Viana do Castelo, acompanhando os pais na busca de futuro mais promissor. Frequentou ali a escola básica daquela freguesia vianense, até mudar-se para a Abelheira, onde frequentava o 8º ano, e contava já muitos amigos (Jornal de Notícias, 8 de Fevereiro de 2007)

As subcategorias relacionadas ao emprego de baixa, média e alta qualificação foram codificadas com as mesmas referências do nível de instrução, onde o primeiro está relacionado emprego que não necessita de médio e alto nível de escolaridade (limpeza, construção civil, entre outros), o segundo são aqueles trabalhos que necessitam que o empregado tenha, pelo menos, todos os segmentos escolares concluídos ou algum curso técnico finalizado (secretária, caixa, cabeleireiro, entre outros) e, por último, são aqueles que exigem um nível de escolaridade alto (professores, médicos, psicólogos, entre outros).

A seguir segue-se um exemplo das codificações realizadas para o “emprego de baixa qualificação”:

O documento salienta o facto de os perfis dos imigrantes brasileiros que chegaram neste último período serem diferentes dos que chegaram na segunda metade dos anos 80 e 90, “verificando-se uma tendência de maior inserção em segmentos de mercado de trabalho menos qualificado” (Jornal de Notícias, 3 de Julho de 2007),

A categoria de média qualificação também pode ser exemplificada no seguinte artigo:

Sempre fui muito atrevida e tinha vontade de vencer. Venceu. Oito anos volvidos, tem dois cabeleireiros na Costa, El Shaday, ou 'Deus Todo-Poderoso', tanto se revela na aplicação de unhas de gel ou nas extensões capilares. Mais divinal é a mão dela para o trato. As clientes que esperam vez na sala, todas portuguesas, são fiéis ao dedo brasileiro. 'A maioria da

minha família mexe com estética (Correio da Manhã, 28 de Setembro de 2008)

Em relação aos artigos codificados na categoria “desemprego” pode-se verificar uma das categorizações abaixo:

De acordo com o IEEP, os brasileiros são os mais atingidos pelo desemprego, que afecta já 8.722, seguindo-se os ucranianos, com 4.751, os cabo-verdianos, 3.350, e os angolanos, 3.142 (Jornal de Notícias, 31 de Março de 2009)

Por fim, a categoria “vive do alterne ou da prostituição” pode ser representada no trecho a seguir:

A porta fechada abre-se a espaços e deixa entrar homens e segredos mal guardados. “Nós somos psicólogas da noite!” A frase de Lívia, uma alternadeira brasileira de 39 anos, estala como um flash numa sala exígua, com luz difusa, equipada com um sofá e uma pequena mesa (Correio da Manhã, 12 de Abril de 2008)

4.1.2. A imagem do imigrante brasileiro na mídia impressa.

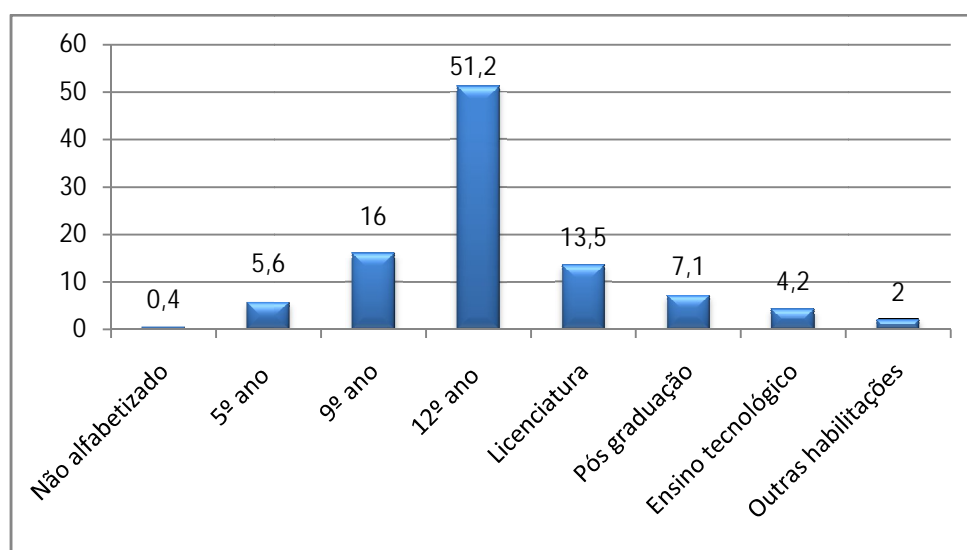
A imigração brasileira em Portugal como já vimos no segundo capítulo teórico da dissertação apareceu com maior relevância a partir dos anos 80 do século XX, onde, segundo os autores (Pedro Góis, 2009; Christiane Coelho, 2011; Gleiciani, 2008), existiu dois tipos de fluxos. O primeiro era caracterizado por brasileiros com alto nível de instrução (dentistas, médicos, entre outros) que migraram para o país na tentativa de melhorar a qualidade de vida e trazer a Portugal mão-de-obra especializada. O chamado segundo ciclo deu início na segunda metade da década de 90, deste mesmo século, onde os imigrantes tinham por característica o baixo nível social e baixo grau de escolaridade.

A grande crise económica acompanhada por alta inflação no Brasil, na década de 80, foi o principal fator que impulsionou a vinda dos brasileiros para Portugal, sendo estes, como já foi explicitado, com alta qualificação profissional. Na década de 90 a proporção do número de brasileiros sem qualificação profissional aumentou (Coelho, 2011). Para Gleiciani Fernandes (2008), a mídia teve um grande papel nesse fenómeno, pois a partir desta se divulgava a possibilidade de emprego e melhores salários na Europa, sendo Portugal o principal país na rota da imigração pela proximidade com a língua.

Os resultados da análise das reportagens do Correio da Manhã e do Jornal de Notícias, nos anos entre 2007 e 2010, retratam essa realidade citada anteriormente. O perfil desta população apresentada está sobre a característica do imigrante pobre e de baixo nível de escolaridade que procuram na migração a esperança de obter melhores condições de vida.

Diferente do que foi retratado acima, estudos de Pedro Góis (2009), sobre o perfil do imigrante brasileiro em Portugal, apresentam esta população com mais de 50% com nível médio de escolaridade e 20 % somando aqueles que possuem licenciatura e pós graduação, reservando apenas 16% e 5,6% para aqueles que concluíram respectivamente o 9º ano e o 5º ano, ou seja, segundo este estudo a maior parte dos brasileiros, estudados, possuem médio e alto nível de instrução. Dessa forma, percebe-se uma contradição entre teóricos sobre assunto, no entanto, o autor não propõe que haja uma terceira vaga da imigração brasileira, aceitando através de sua pesquisa que existe mais uma intensificação da segunda vaga do que um novo tipo de imigração. Ajusta-se baseia na ideia em que ainda é difícil avaliar se há um novo perfil de brasileiros em Portugal devido a atualidade das questões analisadas. Tal pesquisa foi realizada no âmbito do projeto de investigação intitulado de “Vagas atlânticas: a imigração brasileira em Portugal” onde foi distribuídos inquéritos para 1400 brasileiros que residem ou trabalham em Portugal.

Gráfico 3 – Nível de Instrução dos Imigrantes brasileiros



Fonte: Pedro Góis, (2009)

Christiane Coelho (2011), denomina essa segunda leva de imigração brasileira em Portugal como “processo de proletarização”. Tais indivíduos ao chegarem no país são inseridos principalmente em empregos de baixa qualificação profissional. Os jornais retratam, deste modo, esse fenômeno na medida em que maior parte dos artigos relacionam o imigrante brasileiro trabalhando em setores de baixa e média qualificação profissional. Segundo esta mesma autora, muito destes imigrantes são vítimas de tráfico de pessoas para exploração no

trabalho e sexual, onde muitas das vezes são enganados por falsas promessas de emprego, de regularização e de melhoras na qualidade de vida, sendo, este fenómeno, também retratado tanto no Jornal de Notícias como no Correio da Manhã

Exemplo 1:

a rede recrutava imigrantes ucranianos, guineenses e brasileiros, com documentos de identidade portugueses falsos e através de empresas portuguesas. Pagavam-lhes salários miseráveis e mantinham-nos em regime de quase escravatura. Na maior parte dos casos, os imigrantes trabalhavam na construção civil e eram recrutados por empresas portuguesas (Correio da Manhã, 8 de Fevereiro de 2007).

Exemplo 2:

Entre os problemas, o relatório indica que o tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual e o tráfico de crianças para trabalho escravo são problemas que Portugal continua a evidenciar. Portugal, escreve o Departamento de Estado, é prioritariamente um destino e um ponto de trânsito para mulheres, homens e crianças traficadas do Brasil, Europa de Leste e, em menor dimensão, de África (Jornal de Notícias, 26 de Fevereiro de 2009

Com relação aos dados referentes ao cruzamento entre a motivação da imigração brasileira em Portugal e a situação dos mesmos no país, estes apontam principalmente a questão do imigrante que abandona seu país de origem em busca de melhores condições e acabam sendo inseridos em setores de baixa qualificação, conjuntura já mencionada e justificada anteriormente. Cabe ressaltar que as categorias que não obtiveram codificação foram retiradas da tabela (emprego de média e alta qualificação, desempregado) .

Quadro 7: Situação do imigrante X Motivação da Imigração

	Estudar	Buscar melhores condições de vida	Trabalhar
Emprego de baixa qualificação	-	4	-
Estuda	-	1	-
Vive do alterne ou da prostituição	-	1	1

Exemplo:

Maria Aparecida tem 44 anos, três filhos no Brasil e um historial de sobrevivência, que não pode deitá-la abaixo. "As dificuldades para sobreviver são muitas. Tenho de mandar sempre perto de 200 euros para o Brasil". Doméstica e cabeleireira, a brasileira sonha com uma casa própria e

autonomia financeira para trazer a prole para Portugal (Jornal de Notícias, 5 de Dezembro de 2008)

O cruzamento entre o nível social e a situação do imigrante em Portugal, os jornais dos artigos do Correio da Manhã e do Jornal de Notícias, de quinze textos que referenciava a pobreza (verificar tabela 2), metade (sete) destas associavam a situações de desemprego; a inserção em trabalhos de média e baixa qualificação; e a sobrevivência através da prostituição ou do alterne. No caso da classe média e alta foram poucas as reportagens que relacionavam a forma como os brasileiros vivem em Portugal. Sendo assim, pode-se perceber que os jornais passam a imagem de que o baixo nível social influencia o estilo de vida dessa população.

Quadro 8: Nível social X Situação do imigrante em Portugal

	Pobre	Classe média	Classe alta
Emprego de baixa qualificação	2	1	-
Emprego de média qualificação	2	-	-
Desempregado	1	-	-
Vive do alterne ou da prostituição	2	1	-

Exemplo:

Aidida Porto justificou a entrega da filha ao casal com a falta de dinheiro e com o facto de estar ilegal no País. As dificuldades económicas levaram-na para alimentar a filha a aceitar a proposta de um indivíduo que lhe ofereceu dinheiro em troca de sexo, contou (Jornal de Notícias, 26 de Janeiro de 2007)

Os imigrantes brasileiros, ao mesmo tempo em que muitos são recrutados para a exploração, são também procurados para fazer parte do que os autores (Coelho, 2011; Fernandes, 2008) chamam de “mercado da alegria”, ou seja, exerce atividades onde é preciso de simpatia para atrair cliente, normalmente são empregos que envolve animação e atendimento ao público. Esse tipo de emprego está diretamente associada a imagem de que o brasileiro é alegre e por isso possui grande potencial para animar e atender pessoas. Para Christiane Coelho (2011), essa associação está modificando devido ao processo anteriormente citado de empobrecimento, proletarização e o tráfico desta população em Portugal.

Essa mudança apontada na imagem construída do imigrante brasileiro também é espelhada no jornais pelo fato de poucos artigos relacionarem o brasileiro ao povo alegre e simpático, havendo apenas uma referência deste tipo:

É raro que hoje entremos num restaurante, café ou loja e não sejamos acolhidos por um simpático sotaque brasileiro ou por um quase imperceptível matiz eslavo (Jornal de Notícias, 11 de maio de 2008)

Os tipos de discursos (positivo e desqualificador) analisados nas reportagens apontam que quando os textos se utilizavam de um discurso qualificador referenciavam na maior parte das vezes os brasileiros como um povo alegre e trabalhador, retratando essa questão do “mercado da alegria”. O discurso negativo representa diversas vezes, mesmo que tivesse sido em número menor, a criminalidade e a mulher brasileira que busca no casamento com portugueses a nacionalidade, reforçando a imagem de sedutoras, interesseiras e pessoas que armam situações para conseguir o que querem. O estudo de Isabel Cunha (2005) que afirma que «tanto na imprensa como nos jornais televisivos, os testemunhos populares e regionais de mulheres portuguesas, os mais reproduzidos vão acusar as brasileiras de ter feitiços e artimanhas para prender o homem, levando familiares a desagregação»(p. 14)

Com relação a prostituição da mulher brasileira, nota-se que houve um número bastante significativo de artigos do Correio da Manhã retratando a situação das brasileiras que vivem da prostituição ou do alterne em Portugal, sendo esta a categoria que mais obteve codificações entre as várias outras que poderiam retratar a forma que os brasileiros vivem. No jornal de Noticias apesar de haver poucas referencias se encontrou dois textos retratando essa imagem.

Segundo Gleiciani Fernandes (2008), a maior parte das mulheres brasileiras que, antigamente, imigravam para Portugal eram jovens que mudavam de país com um acompanhante, um panorama que segundo os estudos da autora, mudou a partir do momento em que a mulher começa a se inserir no mercado de trabalho. Sendo assim, nos anos 80 e 90 do século XX e início do século XXI, a imigrante brasileira em sua maioria deixava seu país sozinha ou se tivesse a companhia de um marido detinham um papel fundamental no sustento da família, se inserindo principalmente em atividades de atendimento ao público, limpeza e auxílio a idosos.

A mulher brasileira em Portugal representada anteriormente, segundo a vários estudos (Pontes, 2004; Coelho, 2011; Fernandes, 2008)é uma das populações que mais sofre com os estereótipos associados as características como exóticas, fáceis, sensuais e prostitutas em Portugal, onde muita das vezes são construídas e reproduzidas pela mídia. Para Gleiciani Fernandes (2008):

os meios de comunicação de massa são veículos que participam activamente desses processos e tem papel decisivo na construção dessas imagens representativas. Nota-se, ainda, que a maioria destas notícias criminaliza ou vitimiza a conduta destes imigrantes em Portugal, fortalecendo interpretações de alteridade, isto é, da sua contínua percepção social enquanto outro (p. 62)

Isabel Cunha (2005), em seu estudo desenvolvido entre o ano de 2003 e 2004, afirma que mais da metade das publicações dos meios de comunicação (popular e de qualidade) referencia a imigrante brasileira que vivia da prostituição. Nos estudos aqui realizados essa realidade não se diferencia muito do Correio da Manhã (verificar tabela 6), onde maior parte dos textos que abordam a situação do imigrante brasileiro em Portugal associam a prostituição e a exploração sexual, possuindo por vezes, discursos culposos e vitimizador.

Exemplo 1:

A associação da imigração, sobretudo ilegal, aos negócios do sexo é sempre polémica, mesmo entre as alternadeiras. 'Ninguém sai do Brasil sem saber ao que vem', diz Fernanda. Lívia jura o contrário várias vezes, já irritada com a colega (Correio da Manhã, 12 de Abril de 2008).

Exemplo 2:

Lívia, solteira, com três filhos (um deles maior de idade), que começou a alternar há dois anos, cansada dos 380 euros mensais que ganhava como ajudante de cozinheira e frustrada com o País encantado que lhe prometeram no Brasil e não encontrou, é um exemplo de como as duas actividades estão interligadas (Correio da Manhã, 12 de Abril de 2008)

A questão da regularização da residência dos imigrantes brasileiros aparece como um dos fatores mais relevantes para os jornais, sendo encontrados mais da metade dos textos referenciando a situação da residência dos brasileiros, sendo a ilegalidade, como já vimos, a que obteve mais referencias. O consulado brasileiro em 2008 afirma que «mais da metade dos brasileiros em Portugal estão em situação irregular. Calcula-se que haja 147 mil brasileiros em Portugal, dos quais cerca de 69.518 mil estarão legalizados» (Coelho, 2011, p. 11).

A imigração brasileira irregular é a preocupação que mais se reflete nos artigos dos dois jornais em questão. Esta é acompanhada por problemas como incapacidade de controle da imigração, exploração e tráfico de pessoas, prostituição e desemprego. Segundo Christiane Coelho (2011), a ilegalidade dos imigrantes está associada a falsa promessa de emprego e de melhorar a qualidade de vida, já aqui referenciado, sendo a construção civil um dos principais setores que angariam imigrantes ilegais para o trabalho, sendo esta questão refletida nos textos analisados.

Os jornais associam a irregularidade diversas as situações como a inserção em emprego de baixa qualificação, o próprio desemprego e a prostituição, sendo demonstrado no quadro do cruzamento abaixo.

Quadro 9: Situação de residência X Situação em Portugal

	Irregular	Regular	Em vias de se regularizar
Emprego de baixa qualificação	6	1	-
Desempregado	4	-	-
Vive da prostituição ou do alterne	6	-	-

Desta forma, pode-se concluir que os dados das investigações acima de alguma forma constroem um certo tipo de estereótipo na medida em que reproduz uma imagem generalizada do imigrante brasileiro, reproduzindo características da imigração brasileira apontadas pelas estatísticas e por pesquisadores da área. Os discursos, nesse sentido, criminalizam ou vitimizam a população estudada, passando a ideia de que a imigração brasileira em Portugal se tornou um problema a ser resolvido, principalmente em relação a regularização da residência.

Para Maria Baccega (2007), o estereótipo é uma padronização de interpretação sobre uma determinada realidade, porém, esta mesma distingue dois tipos desta homogeneização. O primeiro se refere a “conformidade”, onde a autora cita que os indivíduos para dar significado a determinado fato ou fenómeno desconhecidos estereotipam os mesmos num processo de simplificação do complexo. Sendo assim, a conformidade faz parte da natureza do ser humano, porém esta não pode se tornar uma espécie de “conformismo” - sendo este o segundo tipo de formação de estereótipo – onde se retira as possibilidades das particularidades serem ouvidas e respeitadas na sociedade, dando origem a discursos e ações discriminatórias.

O conceito de estereótipo surge pela primeira vez nas ciências sociais com as obras de Lippmann sobre a formação da opinião pública (Cabecinhas, 2002). Segundo Rosa Cabecinhas (2002, p. 2), o autor via o termo como «imagens mentais sobre a realidade (...) se formando a partir de sistemas de valores dos indivíduos e tinham como função a organização e estruturação de uma realidade demasiada complexa para ser assimilada».

Estudos recentes, influenciados pela psicologia social, psicologia cognitiva e a teoria da identidade social, apontam, assim como Maria Baccega (2007), que essas generalizações podem ser perigosas na medida em que homogeneizam uma determinada população justificando atitudes preconceituosas e discriminatórias para aqueles que não estão nos ditos padrões.

Dessa forma, a formação de estereótipo quando generalizada de forma a não dar possibilidades de enxergar a diversidade e as peculiaridades numa determinada população pode ocasionar, como as autoras apontam acima, uma situação de não-aceitação ou rejeição ao outro. No caso dos jornais, aqui estudados, como não foi investigado a opinião pública, não podemos afirmar se essa imagem está ou não contribuindo para atitudes xenofóbicas.

4.2.O olhar dos Jornais sobre o fenómeno da imigração brasileira em Portugal

O segundo tópico do capítulo IV pretende identificar a imagem da imigração brasileira nos jornais, ou seja, pretende compreender a forma que as notícias dos jornais referenciam a imigração brasileira, podendo ser de uma forma positiva ou negativa. Tal categoria se justifica na medida em esta pode contribuir com dado para avaliar se há algum tipo de xenofobia ou incentivo para aceitação da diversidade.

Nesse caminho foram criadas subcategorias que poderiam estar relacionadas a imigração brasileira e contribuindo para uma imagem positiva ou negativa. Quanto a primeira, foi construído os códigos: contribui para o crescimento económico do país, contribui para o aumento numérico da população e enriquece culturalmente o país. Para a segunda foi traçado quatro subcategorias: criminalidade, ilegalidade, prostituição e exploração sexual.

Segundo os resultados da categorização, a maior parte dos artigos, que retratavam a imigração brasileira, representavam os brasileiros de modo negativo. No Jornal de Noticias foram categorizados 17 artigos na categoria “positivo” e 30 no “negativo”; no Correio da Manhã foi codificado 9 textos para a primeira e 83 para o segundo. Dessa maneira, cerca de 40% no Jornal de notícias e 76% no Correio da Manhã das reportagens retratam a imigração brasileira de forma negativa.

Quadro 10: Fenómeno da Imigração Brasileira

	Positivo	Negativo
Jornal de Noticias	17	30
Correio da Manhã	9	83

4.2.1. Apresentação geral dos resultados

Nesta parte da dissertação será apresentado os resultados de forma geral das subcategorias da segunda categoria em questão. Cabe ressaltar que essas categorias e subcategorias estão associadas ao cumprimento do segundo objetivo da investigação exposto na introdução do trabalho.

4.2.1.1.A imigração brasileira como fenômeno positivo

A subcategoria “positivo” tem por finalidade analisar se há alguma imagem positiva a cerca do fenômeno da imigração brasileira nos jornais já referenciados, podendo esta estar relacionada a contribuição que os imigrantes brasileiros dão para o crescimento económico, a contribuição para o aumento numérico da população ou para o enriquecimento cultural do país.

Os resultados da imagem positiva tiveram diferentes respostas para o Correio da Manhã e para o Jornal de Notícias. A maior parte dos artigos que associam a imigração brasileira, no segundo jornal citado, está associada a contribuição no aumento numérico da população com sete codificações, e logo depois, o crescimento económico do país com seis categorizações. No Correio da Manhã foi o enriquecimento cultural que mais obteve codificações com cinco referências e em seguida o aumento numérico da população com quatro.

Pode-se observar que os resultados numéricos não foram muito distantes uns dos outros, havendo um equilíbrio nas respostas. Dessa maneira, percebe-se que todas essas categorias são representadas quase que na mesma proporção.

Quadro 11: Positivo

	Contribui para o crescimento económico do país	Contribui para o aumento numérico da população	Enriquece culturalmente o país
Jornal de Notícias	6	7	4
Correio da Manhã	-	4	5

A contribuição do imigrante brasileiro para o crescimento económico do país só foi mencionada pelo Jornal de Notícias, obtendo seis categorizações. A maior parte destas

reportagens retratavam o imigrante brasileiro que se tornava empreendedor ao chegar no país ou aqueles que ocupavam funções em que faltava mão-de-obra portuguesa para o trabalho, podendo ser representado no trecho a seguir:

Os imigrantes são mais empreendedores do que os portugueses. Os chineses apresentam as taxas de empreendedorismo elevadas, mas em termos absolutos os brasileiros são os que têm maior número de empregadores (Jornal de Notícias, 3 de Novembro de 2008)

O aumento numérico da população é vista como uma contribuição positiva devido ao fato das estatísticas demonstrarem um significativo envelhecimento da população e uma diminuição da natalidade em Portugal. Nesse caminho, se constatou em artigos do Jornal de Notícias e do Correio da Manhã que referenciavam este aspectos positivos:

Pela primeira vez, em 2006 os partos envolvendo mulheres brasileiras ultrapassaram a soma dos países africanos de expressão portuguesa. Além de evoluírem em sentido inverso à curva de natalidade de mães portuguesas - que tem vindo a cair desde 2002 -, estes nascimentos "demonstram a relevância dos estrangeiros para o crescer (Jornal de Notícias, 24 de Abril de 2008).

O contributo da imigração brasileira para o enriquecimento cultural se apresenta na maioria das vezes na divulgação de atividades e eventos de integração cultural promovidos por associações de apoio ao imigrante, onde se passa a ideia da necessidade da construção do respeito a diferença e o contributo na riqueza cultural quando se há integração com indivíduos de outros países, podendo ser exemplificados nos trechos:

Durante três dias, são várias as opções: boa gastronomia, de países como Brasil, Cabo Verde, Índia, Ucrânia e Portugal, animação com capoeira, danças típicas de diferentes nações, momentos de relaxamento com yoga e vários espectáculos musicais (Correio da Manhã, 12 de Setembro de 2009)

4.2.1.2.A imigração brasileira como fenómeno negativo

O objetivo da subcategoria "negativo" é compreender se há alguma imagem negativa associada a imigração brasileira, podendo estas estarem relacionadas a criminalização (roubo, assalto, falsificação de documentos, assassinatos e tráfico de drogas), a ilegalidade da residência dos imigrantes brasileiros ou a prostituição (seja através da exploração sexual ou como forma de trabalho).

Os resultados das categorizações para o Jornal de Notícias e para o Correio da Manhã apontam que a maior parte dos artigos que possuem uma imagem negativa acerca da imigração brasileira está relacionada principalmente a criminalidade e a ilegalidade dos

imigrantes, sendo que no segundo jornal a prostituição como forma de trabalho aparece de forma expressiva.

Quadro 12: Negativo

	Criminalidade	Ilegalidade	Exploração Sexual	Prostituição como trabalho
Jornal de Notícias	14	8	6	2
Correio da Manhã	42	20	9	12

A criminalidade é o fator que mais está relacionado a construção negativa da imigração brasileira nos jornais, obtendo catorze e quarenta e duas codificações no Jornal de Notícias e no Correio da Manhã respectivamente, como por exemplo:

A presença de muitos jovens em situação irregular na Margem Sul de Lisboa, provenientes de favelas brasileiras e com cadastro por crimes violentos, está a preocupar as autoridades. Muitos deles têm vindo a agregar--se em gangs que apregoam ideias de violência e que circulam na internet. A maioria está indocumentada (Correio da Manhã, 6 de Outubro de 2008)

A ilegalidade também é um aspecto de grande significância nos textos jornalísticos, sendo referenciado 8 vezes no Jornal de Notícias e 42 no Correio da Manhã:

São centenas, vêm de favelas do Brasil e agrupam-se na Margem Sul. Estão ilegais e muitos têm cadastro. Edivaldo, o jovem recentemente detido pela PJ pelo homicídio de um ourives em Setúbal, pertencia ao Primeiro Comando Português, um movimento que apregoava a violência (Correio da Manhã, 25 de Setembro de 2008)

A exploração sexual é uma categoria que aparece diversas vezes nos jornais porém em termos numéricos é onde se encontrou menos codificações. Cabe ressaltar, que os textos que relacionavam a imigração brasileira com este código possuíam um discurso vitimizado, onde as brasileiras eram vistas como vítimas de pessoas (de diversas nacionalidades, inclusive a brasileira) que as enganam e que praticam o tráfico de pessoas para trabalhar no mercado da prostituição. Para exemplificar as codificações nestas categorias retiro alguns trechos dos artigos:

Carla Amaral, a gestora, diz que a maioria das pessoas que ali chega é vítima de tráfico para exploração sexual. São mulheres, a maioria brasileiras (Jornal de Notícias, 18 de Outubro de 2009).

Na subcategoria prostituição, como forma de trabalho, se verificou um número relevante de artigos referentes a esse código no Correio da Manhã, com 12 codificações, enquanto no Jornal de Notícias houve apenas duas referências sobre a mesma. Sendo assim, pode-se verificar que o Correio da Manhã é o jornal que mais apresentou textos associando o imigrante brasileiro à prostituição:

Uma exceção na estatística, já que 80 por cento das mulheres da noite é brasileira, seguindo-se as oriundas dos países de Leste, África e Portugal (Correio da Manhã, 12 de Abril de 2008).

4.2.2.A imagem da imigração brasileira na mídia impressa.

A questão da imigração, como já foi discutido no segundo capítulo teórico da dissertação, é hoje imensamente debatida no campo da Educação, da Ciências Humanas e na Política. Depois da Segunda Guerra Mundial a diversidade e o respeito as diferenças tomam conta dos discursos acadêmicos e políticos, reconhecendo a diversidade cultural e a luta contra o racismo e a xenofobia. O aumento da diversidade étnica nos países e o surgimento dos movimentos multiculturais acentuaram as discussões sobre o respeito as diferenças (Wieviorka, 2008; Touraine, 1997).

Para Góis (2009), o fenómeno da imigração brasileira é visto dependendo da forma como os países de acolhimento a recebe, ou seja, varia de acordo com a característica do lugar para onde se imigrou e os recursos que são oferecidos aos mesmos. No Japão, por exemplo, os brasileiros que se deslocam em direção a este ultimo possuem uma imagem positiva na medida em que falta mão-de-obra no país (devido o envelhecimento da população) a imigração costuma ser regularizada – na medida em que é caracterizada por indivíduos com descendência japonesa, se espera uma assimilação da cultura mais facilitada, sem colocar em risco a suposta homogeneidade da população.

Em Portugal a imigração brasileira é vista de forma diferente, devido ao aumento do número de imigrante brasileiros ilegais, a precarização nos empregos nos quais são inseridos e, no caso das mulheres, a prostituição. Essa imagem negativa é retratada nos artigos dos jornais onde 40% do Jornal de Notícias recolhidos e 76% do Correio da Manhã retratam a imigração brasileira, associada a criminalidade, a ilegalidade, a prostituição como trabalho e a exploração sexual (verificar tabela 10, 11 e 12)

A categoria que procurava analisar a imagem do imigrante como positivo recebeu maior número de referências no Jornal de Notícias, sendo o Correio da Manhã o jornal que mais explorou o lado problemático da imigração brasileira em Portugal. Sendo assim, apesar, de existir um número significativo de reportagens que exaltam as contribuições da imigração brasileira – relativo ao crescimento numérico e económico do país e o enriquecimento cultural - ainda se percebe uma grande tendência dos jornais em divulgar e retratar aspectos negativos.

Em relação a estes aspectos negativos, os dados referentes ao cruzamento entre este tipo de imagem e a situação dos imigrantes em Portugal, apontam por diversas vezes a forma como os brasileiros vivem no país em questão. Dessa forma, nota-se (de acordo com a tabela abaixo) que há uma ideia na qual a ilegalidade, a criminalidade e prostituição estão relacionados com a inserção dos indivíduos, aqui estudados, na sociedade portuguesa.

Quadro 13: Imagem negativa X situação do imigrante em Portugal

	Criminalidade	Ilegalidade	Exploração sexual	Prostituição como trabalho
Emprego de baixa qualificação	1	1	-	-
Desempregado	1	2	-	-
Vive do alterne ou da prostituição	2	3	2	11

Os dados associaram, notavelmente, a categoria “criminalidade” a situações de desemprego, inserção em emprego de baixa qualificação e a vida ligada prostituição. A ilegalidade também esteve relacionada a essas três últimas subcategorias apontadas anteriormente. A prostituição, obviamente, foi a que teve maior número de codificações relacionada a situação de sobrevivência através do alterne e da prostituição.

Os aspectos positivos da imigração estão relacionados com a questão do aumento numérico da população e na contribuição no crescimento económico do país, no entanto, o este segundo fator positivo se encontra relacionado ao primeiro, pois o envelhecimento da população afeta o desenvolvimento económico na medida em que há falta de pessoas ativas para o trabalho (Chesnai, 1994). Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), que

disponibilizam dados referentes a previsão (até ano de 2050) sobre a evolução numérica da população na União Europeia, aponta um acentuado declínio da população. Tal fenómeno se dá pelo fato do aumento da expectativa de vida (ocasionado pelo o avanço dos estudos na área da medicina e aumento da qualidade de vida) e a diminuição da natalidade (Abreu & Peixoto, 2009).

A imigração, nesse sentido, teria como contributo o povoamento destes países que sofrem com a diminuição da taxa demográfica, porém, este fenómeno ocasiona conflitos no que se refere a integração, a regularização e controle dos mesmos. A segunda vaga de imigrante brasileiros em Portugal, que como já vimos era caracterizada por pessoas com baixa qualificação profissional, acentuou situações ligadas a ilegalidade, tráfico de pessoas para a exploração no trabalho e sexual. Essa mudança na imagem da imigração em Portugal é refletida nos jornais na medida em que a maioria dos artigos associaram a imigração brasileira aos aspectos negativos, apesar de haver um número (mesmo que menor) mas representativo de artigos evidenciando aspectos positivos.

Dessa forma, pode-se concluir que os aspectos negativos da imigração brasileira é muito mais evidenciado nas notícias do que os positivos. Tais fenómenos pode ser explicado por aquilo, que já discutimos na primeira parte deste capítulo, em que a imagem dessa população se modifica pelo novo fluxo de imigrantes que tem por característica o nível social baixo, baixa qualificação profissional, muitas vezes são ilegais e angariados para exploração no trabalho (para o mercado sexual e para setores secundários). Essa massiva associação do imigrante a essas questões poderá está contribuindo para rejeição, não aceitação e discriminação contra os mesmos.

4.3.O discurso dos jornais sobre os imigrantes brasileiros em Portugal

Neste terceiro item do capítulo IV será analisado os discursos dos jornais acerca do imigrante brasileiro, tendo como finalidade verificar se há algum tipo de discurso discriminatório, de aceitação da diversidade ou até de denunciado de discriminação. Dessa forma, procuro neste momento atender ao terceiro e último objetivo já referenciado na introdução.

4.3.1. Apresentação Geral dos Resultados

4.3.1.1. Discurso com conteúdo discriminatório

A finalidade da subcategoria “discurso com conteúdo discriminatório” era verificar se nos textos jornalísticos há algum tipo de discurso que discrimine culturalmente o imigrante

brasileiro. Segundo os resultados da investigação, são poucas reportagens que possuem um discurso claramente discriminatório, somando apenas 4 codificações no Jornal de Notícias e no Correio da Manhã, sendo que o primeiro obteve o maior número de referências, com 3 categorizações.

Quadro 14: Conteúdo Discriminatório

	Cultural
Jornal de Notícias	3
Correio da Manhã	1

A discriminação cultural está associada a imagem negativa generalizada a um determinado grupo cultural, fazendo com que haja um sentimento de repulsa, medo e inquietação, podendo a codificação ser exemplificada do trecho:

Somos brasileiros! Abre a caixa!? O sotaque mal disfarçado e os capuzes das camisolas fechados sobre a cabeça não esconderam a identidade dos assaltantes (Correio da Manhã, 6 de Dezembro de 2007)

4.3.1.2. Discurso denunciador de discriminação

O “discurso denunciador de discriminação” busca analisar se há algum tipo de discurso, nos Jornais, de denúncia de discriminação cultural contra imigrantes brasileiros em Portugal. A categoria se justifica pelo fato de existir textos que apontam casos e estudos que demonstram que há discriminação contra esta população, estudada nesta investigação em Portugal, podendo estar transmitindo uma ideia de aceitação ou não da diversidade.

Os resultados mostram que o Jornal de Notícias e Correio da Manhã tiveram respostas semelhantes com oito e sete codificações respectivamente na categoria, sendo uma resposta com números significativos se compararmos aos dados das outras categorias construídas ao longo do trabalho.

Quadro 15: Conteúdo Denunciador de Discriminação

	Cultural
Jornal de Notícias	8
Correio da Manhã	7

Com relação a este resultados podemos exemplificar a codificação no trecho a seguir:

Não só devido à relação cultural entre Portugal e Brasil, mas também à imagem que no nosso país se tem das brasileiras, em termos de exotização. Há uma componente de sensualidade veiculada em artigos, livros e fenómenos como o Carnaval (Jornal de Notícias, 24 de Abril de 2008)

4.3.2. Análise sobre a prática discursiva dos jornais em relação aos imigrantes brasileiros

O discurso, como analisamos no primeiro capítulo teórico desta dissertação, é uma forma do indivíduo se relacionar com a sociedade, sendo uma prática social (Fairclough, 2001), porém, ao mesmo tempo que carrega ideologias (que são exposta explicitamente ou implicitamente), se torna um instrumento que estabelece relações e manutenção de poder (Michael Foucault, 2007). A ordem do discurso de Foucault (2001) demonstra que nem todos tem o poder de produzir um enunciado sobre determinada situação ou questão e este também não pode ser pronunciado em qualquer lugar e em qualquer momento, havendo regras e formas de controle do discurso estabelecidas pelas instituições de poder.

O discurso midiático, segundo Fairclough (2001), realiza o trabalho de transmitir as “vozes do poder” de forma disfarçada, se utilizando de diversas técnicas como a intertextualidade e a interdiscursividade. A primeira refere-se a ideia de que todo enunciado é construído tendo por base textos já pronunciados e influencia outros que ainda irão ser edificados, sendo assim:

O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para gerar novos textos (...), mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder (idem, p. 135)

Para o autor, a intertextualidade pode ser manifestada através da representação do discurso, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia, sendo este dialogismo entre os textos controlados e manipulados pelas relações de poder. A interdiscursividade está interessada com a relação que os textos têm com a ordem do discurso, dessa forma, «é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso» (ibidem, p. 152).

Os discursos, que diretamente discriminam o imigrante brasileiro, aparecem nas notícias do Jornal de Notícias e no Correio da Manhã, se utilizando de uma das formas de intertextualidade onde a afirmação aparece entre aspas, afastando o autor do enunciado. Como vimos no segundo capítulo teórico desta dissertação, esse fenómeno de ocultar o discurso se dá devido as teorias multiculturalistas que tornaram tais ações como inaceitáveis e politicamente incorretas.

Exemplo 1:

Rui Abrunhosa Gonçalves, psicólogo forense e docente da Universidade do Minho, admite como mais provável que os assaltantes tenham cadastro no Brasil e façam parte de um submundo em que "matar e ser morto faz parte do dia-a-dia". Tratando-se apenas de imigrantes desesperados, seria mais provável que depusessem as armas e libertassem os reféns. "Provavelmente - diz -, os assaltantes menosprezaram a capacidade da Polícia portuguesa, pois a forma como um deles se expôs ao tiro foi francamente ingénua" (Jornal de Notícias, 9 de Agosto de 2008)

Exemplo 2:

"Somos brasileiros! Abre a caixa!?" O sotaque mal disfarçado e os capuzes das camisolas fechados sobre a cabeça não esconderam a identidade dos assaltantes (Correio da Manhã, 6 de Dezembro de 2007)

Nestes dois exemplos citados a cima, pode-se notar o artifício das aspas para separar o discurso do autor e o texto exterior, porém se analisarmos o conteúdo do discurso exposto há uma generalização quanto a população brasileira, classificando a mesma como criminosa. Como já observamos com a teoria de Rosa Cabecinhas (2002), as generalizações, e consequentemente os estereótipos, podem servir para simplificar a interpretação da realidade, porém não se poder anular as particularidades, pois sabe-se quem nem todo brasileiro vive do crime em Portugal e no Brasil, apesar de existir alguns inseridos neste estilo de vida.

Com relação ao discurso denunciador de discriminação, como pode-se observar (ver quadro nº 15), houve um número significativo de artigos que denunciavam formas de discriminação contra brasileiros em Portugal, ultrapassando a quantidade de textos que discriminavam culturalmente a população aqui estudada. Estes discursos quando cruzados com dados referentes aos aspectos positivos e negativos da imigração brasileira (ver no anexo) não se revelam, na medida em que mostram a imparcialidade dos jornais relativo ao assunto. No cruzamento só se obteve uma codificação associando conteúdo denunciador de discriminação e o aspecto do enriquecimento cultural.

Nas categorizações realizadas sobre esta ultima categoria aqui analisada, pode-se observar também a utilização do recurso das "aspas", mostrando um cuidado do autor quanto o distanciamento da "fala" dele próprio e a do "outro" (ver no exemplo 2).

A seguir indico alguns trechos dos jornais que de alguma denuncia a discriminação contra o imigrante brasileiro.

Exemplo 1:

Não só devido à relação cultural entre Portugal e Brasil, mas também à imagem que no nosso país se tem das brasileiras, em termos de exotização. Há uma componente de sensualidade veiculada em artigos, livros e fenómenos como o Carnaval (Jornal de Notícias, 24 de Abril de 2008)

Exemplo 2:

As imigrantes brasileiras são marginalizadas devido ao falso estereótipo que as associa à ou que querem "roubar os maridos", revela um estudo divulgado hoje pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) (Correio da Manhã, 3 de Julho de 2007)

Pode-se nota que os discursos que relatam o preconceito contra a população estudada estão relacionados com a questão da mulher brasileira, que em prostituição e o estereótipo ligados a sensualidade e sedução são colocados em pauta, demonstrando a preocupação da mídia quanto a questão da discriminação da brasileira no país.

Dessa forma, pode-se concluir que os discursos do Jornal de Notícias e do Correio da Manhã procuram se colocar de forma imparcial quando se denuncia vítimas de preconceito, obtendo poucas referências quanto a essa questão associado a aspectos negativos e positivos da imigração brasileira (verificar no anexo 1). Quando se encontrou discursos que de forma direta discriminavam essa população, os autores detinham o cuidado de colocar entre "aspas" para demonstrar que o discurso não foi construído pelo jornalista que realizou a matéria. Sendo assim, a imagem negativa do imigrante está de forma submersa ao texto através da criação de estereótipo e associações, na maior parte das vezes, a aspectos negativos (como o crime, a ilegalidade, prostituição), apontados nos itens anteriores.

CONCLUSÃO

A temática da mídia e da diversidade são duas questões diversas vezes discutidas no âmbito acadêmico devido a atual conjuntura mundial em que cada vez mais os países se tornam multiculturais e a mídia um importante difusor de informações, opiniões e saberes sobre diversos assuntos, desde os mais polêmicos até os mais acordados. O jornal, visto como um dos meios de comunicação mais confiável, se torna um instrumento valioso de educação não-formal através de suas notícias e opiniões.

Analisar a imagem do imigrante brasileiro nos jornais contribuiu para analisarmos como a mídia hoje representa estes e se este meio de comunicação fortalece em seus discursos a necessidade de construirmos uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a dissertação buscou a realização da pesquisa pautada em três objetivos específicos delineados na introdução do trabalho.

Com relação ao primeiro objetivo, podemos observar que a imagem do imigrante brasileiro no Jornal de Notícias está vinculada a caracterização de indivíduos com baixo nível de instrução e que viam na Europa uma possibilidade de melhorar de vida, sendo refletido a característica do segundo ciclo de imigração para Portugal. Tais brasileiros estão representados, em grande parte, em setores de baixa qualificação profissional, como a construção civil, limpeza entre outros.

A regularidade da autorização de residência é algo bastante mencionado (mesmo os que são legalizados) como se a situação da residência justificasse ou influenciasse a situação exposta. A ilegalidade, foi o mais representado, sendo uma das maiores preocupações dos jornais com relação aos brasileiros. Esses discursos, por vezes, vitimizavam (quando se tratava de tráfico de pessoas) e criminalizavam os brasileiros residentes no país (quando enfatizavam a irregularidade desses imigrantes).

Os resultados obtidos para alcançar o segundo objetivo, indicam que a imigração brasileira é representada como um problema a ser resolvido, estando esta população diversas vezes associada a criminalidade, ilegalidade e prostituição. Desta maneira, por esses fatores, a imigração está, na maior parte das vezes, associada a imagens negativas, podendo estar contribuindo para sentimentos, como já foi dito de rejeição e discriminação contra essa população.

Cabe lembrar, que a proposta da investigação não foi trabalhar com a opinião pública, devido as limitações de tempo e páginas da dissertação, não sendo possível constatar ao certo se essas notícias estão causando, efetivamente, sentimento de xenofobia, já que os indivíduos não lêem os jornais de forma acrítica, porém esta é uma interessante área a ser pesquisada.

Os dados recolhidos para responder o terceiro objetivo nos mostram que foram poucos os discursos que, diretamente, discriminavam o imigrante brasileiro, aparecendo de forma mais acentuada as denúncias de discriminação contra os mesmos em Portugal, sendo um importante dado, já que ao demonstrar esses tipos de atitudes estes defendem a aceitação e o respeito as diferenças.

Os poucos discursos discriminatórios utilizavam de técnicas de intertextualidade para indicar que os enunciados eram de agentes externos, tirando a responsabilidade do autor da notícia. As “aspas” era o principal recurso, onde era apontado afirmações de imigrantes brasileiros em tom de ameaça ou dos próprios portugueses a realizar falas generativas e maldosas. Dessa forma, pode notar a tentativa dos jornais a se manterem neutros em relação a situação exposta, mas como qualquer discurso, esta vem impregnada de ideologias e relações de poder.

Dessa forma, pode-se verificar que as três hipóteses construídas foram confirmadas. A primeira delas se refere a formação de estereótipos em relação ao imigrante brasileiro e a segunda diz respeito associação da imigração brasileira a marginalidade e ilegalidade, se transformando em problema a ser resolvido. A terceira hipótese, se analisarmos os resultados sobre o tipo de discurso no Jornal de Notícias e no Correio da Manhã, podemos verificar que foram poucas as notícias que de forma direta produziram um discurso discriminatório, mas a construção do estereótipo e mais de 50% de referências do imigrante brasileiro à aspectos negativos, indica a formação de uma imagem negativa sobre a imigração brasileira em Portugal.

A mídia, como um importante difusor de informações, deve contribuir com a formação de uma sociedade mais justa. As notícias devem retratar os acontecimentos com fidelidade, mas com atenção as generalizações e promoção de discursos preconceituosos e discriminatórios. Na investigação, notou-se a preocupação dos autores quanto a esses tipos de discursos, mas a tendência, na maior parte das vezes, a associar este imigrantes a questões de criminalidade, ilegalidade e prostituição é uma forma de criar estereótipos negativos e a generalizar uma população que vem de um país diverso e com pessoas imensamente diversificadas.

Nessa situação, a mulher imigrante foi uma das mais estereotipadas e a que mais recebeu denúncias de discriminação. Essas eram diversas vezes associadas a prostituição, a exploração sexual e criadoras de “artimanhas” para conseguir a legalização. Em alguns discursos eram vitimizadas e em outros eram criminalizadas.

Com relação ao possível impacto do crescimento económico do Brasil na imagem da imigração brasileira em Portugal, pode-se verificar que não foram encontradas muitas

referências dessa questão nas notícias, porém, como afirma também Pedro Góis, ainda é cedo para afirmar uma nova mudança de característica da imigração, bem como a representação da mesma. O que pode-se perceber é que muitas notícias retratavam as preocupações e ações políticas do Brasil e Portugal para resolver a questão da ilegalidade dos brasileiros no país, como o acordo Lula em 2003.

Dessa forma, os resultados obtidos em toda a investigação apontam a necessidade da escola está formando os indivíduos para que possam ter capacidade de criticar e avaliar o conteúdo da mídia, pois este podem ou não, dependendo do contexto sociocultural de cada aluno, contribuir para uma rejeição, medo ou exclusão. Cabe ressaltar que isto não se dirige apenas a população brasileira, mas à outros tipos de imigração como as do PALOP e do Leste que podem estar sendo também representada de forma negativa, sendo de suma importância a educação para as mídias.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, A., & Peixoto, J. (2009). Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospectiva no caso português. *Análise social*, 44(193), 719-746.
- Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 6(17), 111-125.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- André, J. M. (2005). *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagem em Tempos de Globalização*. Coimbra: Editora Ariadne.
- Araújo, S. A. (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. Unpublished Dissertação de mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta.
- Areal, L. (1995). *Educação para os medias no ensino secundário (Vol. 3)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Baccega, M. A. (2007). O estereótipo e as diversidades. *Comunicação & Educação*, 5(13).
- Bader, V.-M. (2008). *Racismo, Etnicidade, Cidadania: Reflexões Sociológicas e Filosóficas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Banks, J. A. (1994). *An introduction to a multicultural education*. Massachusetts: Allyn and Bacon.
- Bévort, E., & Belloni, M. L. (2009). Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas *Educ. Soc*, 30(109), 1081-1102.
- Birou, A. (1982). *Dicionário das Ciências Sociais (5ª ed.)*. Lisboa: Dom Quixote.
- Bobbio, N. (Ed.) (1989) *Enciclopédia Einaudi (Vols. 14: Estado Guerra)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Cabecinhas, R. (2002). *Media, etnocentrismo e estereótipos sociais*. Paper presented at the As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, Lisboa.
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Unpublished Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Cabecinhas, R. (2008). *Racismo e xenofobia : a actualidade de uma velha questão*. *Comunicación e Cidadanía*.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Casa-Nova, M. J. (2005). *Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas*. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 13, 181-209.
- Chesnai, J.-C. (1994). Fluxo dos povos. *Braudel Papers*, 9, 03-14.
- Coelho, C. M. (2011). *Título: " Migrações transnacionais: a situação dos brasileiros em Portugal*. Paper presented at the XXVIII Congresso Internacional da ALAS.
- Cuche, D. (2004). *A noção de cultura nas ciencias sociais*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, I. M. R. F. (2005). *Mundos imaginados: as brasileiras e os media em Portugal*. Paper presented at the Congresso Brasileiros de Ciência e Comunicação Rio de Janeiro.
- Delors, J., Chung, F., Geremek, B., Gorham, W., Kornhauser, A., Manley, M., et al. (1999). *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. São Paulo: UNESCO.
- Dijk, T. A. V. (1997). *The Study of Discourse*. In T. A. V. Dijk (Ed.), *Discourse as structure and process (Vol. 1)*. London: Sage.
- Dijk, T. A. V. (2008). *Discourse and context*. New York: Cambridge University Press.
- Dijk, T. V. (1997). *Semantica do discurso e ideologia*. In E. R. Pedro (Ed.), *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho.
- Eagleton, T. (2003). *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP.
- Estatística, I. N. d. (2010). *Sobre a pobreza, a desigualdade e a privação material em Portugal "INE"*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- Fairclough, N. (1998). Discurso, Mudança e Hegemonia In E. R. Pedro (Ed.), *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fernandes, G. M. O. (2008). *Viver "Além-Mar": estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*. Unpublished Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault ea análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 197-223.
- Foucault, M. (1990) *A história da sexualidade*. Vol. 1. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2001). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2007). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda.
- Gadotti, M. (2005). A questão da educação formal/não-formal. *Droit à L'Education: solution à tous problèmes ou problème sans solution*, 1, 1-11.
- Giles, J., & Middleton, T. (2008). *Studying Culture: a practical introduction (second ed.)*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Gohn, M. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14, 27-38.
- Góis, P. (2009). Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal In B. Padilla & M. Xavier (Eds.), *Migrações: número temático sobre migrações entre Portugal e América Latina (Vol. 5, pp. 111 - 133)*. Lisboa: AICID.
- Gonçalves, L. A., & Silva, P. B. (1998). *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Lisboa: Sílabo Edições.
- Hobsbawm, E. (1998). *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar.
- Júnior, J. B., & Pedrosa, C. E. F. (2007). *Mídia e manipulação: revisitando efeitos ideológicos e marcas hegemônicas do discurso publicitário*. Paper presented at the XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro.
- Lages, M., & Policarpo, V. (2002). *Análise preliminar de duas sondagens sobre os imigrantes em Portugal*. Lisbonne, Université catholique portugaise.
- Lagoa, R. N. d. S. (1995). *Unidade e Diversidade na escola: contributos para o estudo da educação intercultural*. Unpublished Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro.
- Martins, A. S. (2008). *A escola e a escolarização em Portugal: Representações dos Imigrantes da Europa do Leste* Universidade Aberta, Lisboa.
- Melo, J. M. d. (1998). *Teoria da comunicação: paradigmas Latino-americanos*. Petrópolis: Vozes.
- Miranda, M. d. N. S. C. (1994). *Diferença, caminho para a igualdade*. Unpublished Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Pereira, A. (2004). *Educação multicultural: teoria e prática*. Porto: Asa.
- Perotti, A. (1997). *Apologia do Intercultural*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/Ministerio da Educação.
- Pontes, L. (2004). *Mulheres brasileiras na mídia portuguesa*. *cadernos pagu*, 23, 229-256.
- Reis, C. d. S. (2011). *Os bastidores da mídia e os movimentos sociais: o caso do MST*. Unpublished Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. C. (2010). *Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas*. *Linguagem em (Dis) curso*, 5(1), p. 185-208.
- Ribeiro, M. (2007). *Discriminação e jornalismo impresso local—análise crítica do discurso dos jornais de Braga (Portugal) e Trento (Itália)*. Paper presented at the 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.
- Santos, B. d. S. (1992). *Mesa redonda na Casa das Artes: Existe uma cultura portuguesa?* In A. S. Silva & V. O. Jorge (Eds.), *Existe uma cultura portuguesa?* Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. d. S. (2000). *Por uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. Identidades: estudos de cultura e poder* Retrieved 25 de maio 2011, from <http://www.ifibe.edu.br/cursos/posgraduacao/dh/2008/subsidios/Selina.pdf>

- Santos, B. d. S., & Nunes, J. A. (2003). Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *Reconhecer para Libertar: Os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 56.
- Santos, M. M. (2005). *A educação para os medias no contexto educativo*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Saussure, F. d. (1978). *Curso de linguística geral* (4 ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- SEF. (2009). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilos. Retrieved from <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>.
- SEF. (2010). Relatório de imigração, fronteiras e asilos. Retrieved from http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis Editora Velozes.
- Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Torres, C. A. (2001). *Democracia, Educação e Multiculturalismo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Touraine, A. (1997). *Iguais e Diferentes: Poderemos Viver Juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.
- UNESCO. (1995). *Tolerancia: Limiar da Paz*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Unesco. (2009). *Diversidade Cultural*. Retrieved 5 de Dezembro, 2010, from http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=17
- Unesco, C. N. d. (2002). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/image/0012/001271/127160por.pdf>.
- Veiga-Neto, A. (2003). *Cultura, culturas e educação*. *Revista Brasileira de Educação*, 23(1), 5-15.
- Wieviorka, M. (2008). *Nove Lições de Sociologia: como abordar o mundo em mudança?* Lisboa: Teorema.

Anexo 1
Cruzamento dos dados

Situação do imigrante brasileiro em PT X discurso positivo ou desqualificador

	Discurso Positivo	Discurso Desqualificador
Emprego de baixa qualificação	1	-
Emprego de média qualificação	-	-
Emprego de alta qualificação	-	-
Desempregado	-	-
Estuda	-	-
Vive do alterne ou da prostituição	-	-

Discurso Positivo e desqualificador X Motivação da Imigração

	Discurso Positivo	Discurso Desqualificador
Estudar	-	-
Buscar melhores condições de vida	1	-
Trabalhar	-	-
Construi família	-	-

Nível de Instrução X Motivação da Imigração

	Pouca Instrução	Média Instrução	Alta instrução
Estudar	-	-	1
Buscar melhores condições de vida	-	1	-
Trabalhar	-	-	-
Construir família	-	-	-

Situação da Residência X Motivação da Imigração

	Irregular	Regular	Em vias de se regularizar
Estudar	-	-	-
Buscar melhores condições de vida	1	1	-
Trabalhar	1	-	-
Construir família	-	-	-

Discurso positivo e Desqualificador X Nível de Instrução

	Discurso positivo	Discurso desqualificador
Pouca instrução	-	-
Média instrução	-	-
Alta instrução	1	-

Nível de instrução X Situação da residência

	Regular	Irregular	Em vias de se regularizas
Pouca instrução	1	1	-
Média Instrução	-	-	-
Alta instrução	-	-	-

Nível de Instrução X Situação do imigrante em Portugal

	Pouca instrução	Média instrução	Alto instrução
Emprego de baixa qualificação	1	2	-
Emprego de média qualificação	1	-	-
Emprego de alta qualificação	-	-	-
Desempregado	-	-	-
Estuda	-	1	-
Vive do alterne ou da prostituição	-	-	-

Nível social X Motivação da imigração

	Estudar	Busca por melhores condições de vida	Trabalhar	Construir família
Pobre	-	2	-	-
Classe média	-	-	-	-
Classe alta	-	-	-	-

Nível de Instrução X Nível social

	Pobre	Classe Média	Classe alta
Pouca instrução	2	-	-
Média instrução	-	-	-
Alto nível de instrução	-	-	-

Nível social X Situação da residência em Portugal

	Irregular	Regular	Em vias de se regularizar
Pobre	2	-	-
Classe média	-	-	-
Classe alta	-	-	-

Situação do imigrante em Portugal X Nível Social

	Pobre	Classe média	Classe alta
Emprego de baixa qualificação	2	1	-
Emprego de média qualificação	1	-	-
Emprego de alta qualificação	1	-	-
Desempregado	1	-	-
Estuda			
Vive do alterne ou	2	1	-

da prostituição			
-----------------	--	--	--

Situação da residência X Discurso positivo ou desqualificador

	Discurso Positivo	Discurso Desqualificador
Irregular	-	1
Regular	-	-
Em vias de se regularizar	-	-

Situação do imigrante em Portugal X Situação da Residência

	Irregular	Regular	Em vias de se regularizar
Emprego de baixa qualificação	6	1	-
Emprego de média qualificação	-	-	-
Emprego de alta qualificação	-	-	-
Desempregado	4	-	-
Estuda		-	-
Vive da prostituição ou do alterne	6	-	-

Situação do imigrante em Portugal X Motivação da imigração

	Estudar	Buscar melhores condições de vida	Trabalhar	Construir família
Emprego de baixa qualificação	-	4	-	-
Emprego de média qualificação	-	-	-	-
Emprego de alta qualificação	-	-	-	-
Desempregado	-	-	-	-

Estuda	-	1	-	-
Vive do alterne ou da prostituição	-	1	1	-

Imigração brasileira como Fenómeno Negativo X Nível de Instrução

	Pouca instrução	Média Instrução	Alta instrução
Criminalidade	-	1	1
Ilegalidade	-	-	-
Exploração sexual	-	-	-
Prostituição como forma de trabalho	-	-	-

Imigração brasileira como Fenómeno Negativo X Nível Social

	Pobre	Classe média	Classe alta
Criminalidade	-	-	-
Ilegalidade	-	-	-
Exploração sexual	1	-	-
Prostituição como forma de trabalho	1	-	-

Imigração brasileira como Fenómeno Positivo X Situação da Residência

	Irregular	Regular	Em vias de se regularizar
Contribui para o crescimento económico	1	1	-
Contribui para o aumento numérico da população	-	-	-
Enriquece culturalmente o país	-	-	-

Imigração brasileira como Fenómeno Negativo X Motivação da Imigração

	Criminalidade	Ilegalidade	Exploração sexual	Prostituição como trabalho
Estudar	-	-	-	-
Buscar melhores condições de vida	1		1	-
Trabalhar	-	-	-	-
Construir família	-	-	-	-

Imigração brasileira como fenómeno Negativo X Situação do Imigrante em Portugal

	Criminalidade	Ilegalidade	Exploração sexual	Prostituição como trabalho
Emprego de baixa qualificação	1	1	-	-
Emprego de média qualificação	-	-	-	-
Emprego de alta qualificação	-	-	-	-
Desempregado	1	2	-	-
Estuda			-	-
Vive do alterne ou da prostituição	2	3	2	11

Situação da Residência X Imigração brasileira como fenómeno negativo

	Regular	Irregular	Em vias de se regularizar
Criminalidade	2	18	-
Ilegalidade	1	22	-
Exploração sexual	-	5	-
Prostituição	-	7	-